ANO 16 – Nº 44 – R$ 7,50 – SET/OUT/NOV-2002

www.ces.org.br

Debate Sindical

Um novo rumo para o Brasil

BALANÇO
A regressão do trabalho na "era FHC"

POLÊMICA
A proposta do novo código do trabalho

LEGISLAÇÃO
As Comissões de Conciliação Prévia e a Alca

Campanha salarial ao pé da letra

campainhar (a-i). *V. int.* Fazer soar campainha.
campal. *Adj. 2 g.* **1.** Pertencente ou relativo ao campo. **2.** Diz-se da batalha travada em campo raso. ● *S. m.* **3.** *Bras., MT.* Trecho de campo situado no meio do mato.
campana. *S. f.* **1.** Sino, campainha. **2.** Luva (4) de manilha. **3.** *Arquit.* Corpo do capitel coríntio ou compósito, que tem o formato de um sino invertido.
campanado. *Adj.* V. *Campanuláceo* (1).
campanário. *S. m.* **1.** Parte aberta da torre de igreja, onde estão os sinos. **2.** Torre de sinos. **3.** *P. ext.* A freguesia, a aldeia dotada de igreja com campanário.
campanha. *S. f.* **1.** Campo (2) extenso; planície. **2.** *Mil.* Série de operações militares que visam à consecução de um objetivo definido, em determinada época, numa mesma área geográfica. **3.** *Mil.* Conjunto de operações militares que constituem uma fase distinta de determinada guerra. **4.** *P. ext.* Conjunto de ações, de esforços, para se atingir um fim determinado.
campaniforme. *Adj. 2 g.* V. *campanuláceo* (1).
campanil. *S. m.* Liga metálica própria para sinos.
campanólogo. *S. m.* Aquele que toca peças de música em sinos, campainhas ou copos afinados.
campanudo. *Adj.* **1.** Que tem forma de campa. **2.** *Fig.* Pomposo, enfático, bombástico.
campânula. *S. f.* **1.** Qualquer objeto em forma de sino. Espécie de redoma usada para isol

regiões petrolíferas, penetra nas caldeiras quentes a fim de consertá-las ou enfrenta os incêndios dos poços de petróleo para os apagar.
salamanta. *S. f. Bras.* Reptil ofídio, boídeo (*Epicrates cenchria* (L.)), de coloração geral castanha, com manchas negras ocelares nos flancos e comprimento de até 2 m. Alimenta-se de aves e doutros pequenos animais. [Sin.: *guaçubóia, jibóia-vermelha.*]
salame[1]. *S. m.* Enchido (3) de origem italiana feito de carne de porco picada, pequenos cubos de toucinho e pimenta em grãos, e que se come frio.
salame[2]. *S. m.* Salamaleque.
salaminho. *S. m.* Variedade de salame[1] acondicionado em tripa fina e curta.
salão[1]. *S. m.* **1.** Grande sala. **2.** Exposição periódica ou anual, especialmente de obras de artistas plásticos, de novos modelos de diversas indústrias, etc. **3.** Certo tipo de estabelecimento comercial aberto ao público. **4.** *Fig.* Reunião de pessoas de sociedade, artistas, intelectuais, etc. **5.** *Bras.* Barbearia (1) ou cabeleireiro (2).
salão[2]. *S. m.* **1.** Terreno arenoso ou barrento; solão. **2.** Fundo arenoso cheio de limo. **3.** *Bras.* Terreno impermeável por causa de uma camada pedregosa.
salarial. *Adj. 2 g. Bras.* Relativo a salário.
salário. *S. m.* **1.** Remuneração, normalmente em dinheiro, devida pelo empregador, em face do serviço do empregado. **2.** *Restr.* Remuneração do trabalho prestado por operários horistas ou diaristas. **3.** Recompensa de serviços. **4.** Salário mínimo. ♦ **Salário mínimo.** Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei.

Fonte: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa

Com a Século sua campanha ganha Força e sai do Papel.

Século Comunicação Integrada
Telefone: (0--11) 3644-6928 - **Fax:** (0--11) 3641-8530
Internet: www.seculonet.com.br - **Endereço eletrônico:** seculo@seculonet.com.br

Planejamento Estratégico - Identidade Visual - Cartazes - Folders - Jornais e Boletins
Editais e anúncios - Outdoors - Inserções em Rádio e Televisão - Assessoria de Imprensa

ÍNDICE

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalácqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (11) 289-1496
Correio eletrônico: ces@ces.org.br

Editor:
Altamiro Borges

Conselho de Redação:
Antônia Rangel
Augusto Buonicore
Cláudio Gonzalez
Guiomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Orlando Silva Jr.
Osvaldo Bertolino
Sérgio Barroso
Umberto Martins

Conselho Editorial:
Armando Boito
César Benjamin
Clóvis Moura
Décio Saes
Edgard Carone
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stedile
Luis Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes

Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Vianei Martins
Wagner Gomes

Edição de fotos:
Jesus Carlos/Imagenlatina

Charges:
Marcio Baraldi

Revisão:
Josenildo Marques

Editoração eletrônica:
Sandra Luiz Alves

Impressão e Acabamento:
Parma

4 O sindicalismo classista e a sucessão presidencial
JOÃO BATISTA LEMOS

7 A regressão do trabalho na "era FHC"
ALTAMIRO BORGES

11 As Comissões de Conciliação Prévia e a Alca
PAULA BEIGUELMAN

14 O desemprego e as políticas neoliberais
COLUNA: MARCIO POCHMANN

15 A política de assentamento rural de FHC
HORACIO MARTINS DE CARVALHO

17 A proposta do novo código de trabalho
POLÊMICA: AUGUSTO MADEIRA E LUIZ MARINHO

22 A reforma trabalhista no próximo governo
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ

23 A experiência de luta dos operários de Itabuna
JORGE BARBOSA E RICARDO CARVALHO

27 A transição e o novo rumo para o Brasil
RENATO RABELO

32 Perfil da liderança sindical cutista no Ceará
SUSANA JIMENEZ E RAQUEL ARAÚJO

35 Três remédios contra os defeitos do sindicalismo
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

36 Agressividade imperialista e resistência dos povos
JOSÉ REINALDO DE CARVALHO

38 Razões das rebeliões na América Latina
ALOÍSIO SÉRGIO BARROSO

41 Argentina: crise e mobilização popular
JULIO GAMBINA

44 Exploração e luta de classes no mundo
NOTAS INTERNACIONAIS

45 Ação sindical dos comunistas entre 1945/62
AUGUSTO BUONICORE

49 O assédio sexual nos locais de trabalho
HERVAL PINA RIBEIRO

53 Resenhas de livros

57 Dicas de filmes e Internet
MANOEL RANGEL/GIOVANNI ALVES

58 Os fundos de pensão no setor público
OPINIÃO: VLADIMIR NEPOMUCENO

JOÃO BATISTA LEMOS

Jesus Carlos

O sindicalismo classista e a sucessão presidencial

As eleições de outubro ocorrem num quadro extremamente grave. A política neoliberal aplicada por FHC levou o país à crise cambial e financeira. Ela tem raiz na desnacionalização da economia e no aumento da dependência e vulnerabilidade externas, sendo agravada pela crise financeira mundial. O Brasil está à beira de uma bancarrota.

Esta política é comandada de fora, pelo FMI, os EUA e os credores estrangeiros. Ela é responsável pelo aumento da concentração de renda (o país é o quarto pior no *ranking* mundial), a estagnação da economia e o declínio da importância relativa do Brasil: de 8ª economia do planeta, sob o reinado de FHC o país caiu para o 12º lugar. Em contraste, ostenta a 73ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU.

Está claro que, enquanto uma minoria da sociedade ligada, sobretudo, ao capital financeiro, ficou muito rica, a grande maioria empobreceu. Hoje, cerca de 44 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, 11 milhões passam fome todo dia e o país registra mais de 40 mil assassinatos ao ano, o que configura, segundo a ONU, uma verdadeira guerra civil informal promovida pelo crime organizado.

Vive-se uma situação de superexploração dos trabalhadores, indicada pela queda da massa salarial, a regressão nos direitos trabalhistas e o aumento do desemprego, que já chega a 20% nos grandes centros. O resultado desse massacre flagela, em especial, a nossa juventude, tornando-nos uma nação sem futuro.

INTERESSES EM JOGO

As eleições refletem este quadro de contradições e de instabilidade política. Grandes interesses estão em jogo, gerando conflitos de classes e contradições nas elites. O país vive uma encruzilhada histórica. De um lado, o projeto neoliberal imposto por FHC, cujo modelo se esgotou. Do outro, a emergência de um projeto nacional, democrático e popular representativo de novas forças políticas e sociais comprometidas com a maioria de nosso povo.

Aí reside a causa das contradições no seio das classes dominantes, representadas pelas candidaturas de José Serra, em primeiro plano, e de Ciro Gomes. Os embates em curso na campanha eleitoral constituem o centro da luta política, ideológica e de classes nestas eleições e os militantes da Corrente Sindical Classista (CSC) são os que mais compreendem a urgência de sairmos vitoriosos desse combate.

O novo acordo fechado pelo governo com o FMI vai aumentar a dívida externa e deixar o Brasil ainda mais refém do capital financeiro. Já se esvaíram as perspectivas de que ele solucionasse os problemas de curto prazo, contornando a moratória. O acordo é nocivo e inaceitável, pois contém condicionalidades e metas incompatíveis com uma política econômica voltada ao crescimento da economia e do emprego.

O país se encontra às voltas com o risco da insolvência e de uma séria crise econômica, que se desdobra em instabilidade política e social. A crise evidencia a necessidade da ruptura com a política neoliberal e o FMI e da busca de um novo rumo para o Brasil, com a implantação de um modelo sustentado na poupança e o mercado interno. Este novo modelo pressupõe e começa por uma política de valorização do trabalho e do trabalhador, pois o aumento da massa salarial é condição para o crescimento da capacidade de consumo do nosso povo e, portanto, do mercado interno.

Neste sentido, o novo rumo deve ter como prioridade a redução da jornada sem redução de salários. Será indispensável também suspender o pagamento da dívida externa, a exemplo do que fez a Rússia em 1998, e controlar o fluxo de remessas e de capitais, sobretudo dos voláteis, como ousou a Malásia na chamada "crise asiática" de 1997. Malásia, Rússia, China e Índia são países que não rezam pela cartilha do FMI e hoje exibem desempenho econômico muito positivo, com crescimento do PIB e redução do desemprego.

Por isto, o Brasil deve tomar a iniciativa de liderar uma negociação global da dívida externa latino-americana, começando pelo Mercosul, o que implicará em barrar a Alca. Evidentemente, isto só poderá ser feito por um novo governo que adote uma política oposta à de FHC e de seu candidato, José Serra.

Estas eleições, apesar dos avanços da luta contra a globalização neoliberal e das explosões populares na América Latina, ainda ocorrem numa fase de defensiva estratégica do movimento operário e sindical. As razões objetivas e subjetivas desta defensiva já foram apontadas por diversos estudos. Passam pela crise do capitalismo (estagnação e desemprego), pela reestruturação produtiva e também pela crise do movimento operário mundial, que ainda se ressente da derrocada do socialismo soviético. Ainda é baixa a mobilização das massas

TRABALHO

LISTA PATRONAL

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu excluir da página do órgão na Internet a possibilidade de consulta sobre processos trabalhistas. Segundo denúncia do procurador-geral Guilherme Basso, empresas estariam usando estas informações para montar listas de perseguição aos trabalhadores que reclamam seus direitos. Haveria inclusive uma espécie de pacto patronal para recusar empregos para quem já processou ex-patrões. Até agora, o TST ainda não divulgou o nome das empresas que promovem esta "lista nazista".

REAJUSTE DO MÍNIMO

A proposta orçamentária para o próximo ano, enviada pelo governo ao Legislativo, prevê que o salário mínimo terá um mísero reajuste de 5,5% – passando, em abril de 2003, de R$ 200 para R$ 211,00. Já os servidores públicos terão seus rendimentos reajustados em apenas 4%. A proposta de orçamento de FHC também reduz os investimentos nas áreas sociais. Estas são algumas das armadilhas que o futuro governo terá que enfrentar.

OIT CONDENA REFORMA

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou comunicado em agosto condenando a proposta do governo FHC de "reforma" da CLT. O projeto de lei 5.483 já foi aprovado na Câmara de Deputados e agora tramita no Senado. Para a OIT, ele afronta diversas normas mundiais reconhecidas pelo Brasil, já que os acordos coletivos passariam a ter força superior a elas. O comunicado foi saudado pelo ministro Francisco Fausto, presidente do TST. "O documento da OIT e o apoio da CUT demonstram que não estamos pregando sozinhos contra a flexibilização pretendida pelo governo", afirmou.

TRABALHO

ALOÍSIO CARNEIRO

Faleceu, em 22 de agosto, em Brasília, o ex-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Aloísio Carneiro. O sindicalista estava hospitalizado e sofreu um infarto. Natural da Bahia, Aloísio Carneiro presidiu a Contag entre 1989 e 1992. Ele foi fundador e primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Retirolândia (BA).

CONFLITO NO CAMPO

De acordo com o último relatório da Comissão Pastoral da Terra sobre os "conflitos no campo em 2001", o número de assassinatos de lavradores aumentou 40% em relação ao ano anterior – 29 mortes, contra 21. Segundo a CPT, também cresceu em 512% o número de vítimas do trabalho escravo no período – de 465 registros em 2000 para 2.416 no ano passado. Por outro lado, o relatório revela o avanço da resistência e da luta pela terra. Em 2001 ocorreram 493 manifestações, envolvendo 478 mil trabalhadores rurais.

FAT SOB SUSPEITA

O Tribunal de Contas da União continua a investigar o uso ilícito de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) nos programas de qualificação profissional. O principal alvo é a Força Sindical, cujo seu líder, Paulo Pereira, é candidato à vice-presidente. Em 2000, ela recebeu R$ 25 milhões para aplicar na formação de 117 mil trabalhadores. Só que repassou R$ 9 milhões para o suspeito Instituto de Ensino e Cultura, vinculado à própria central. As denúncias contra Paulinho curiosamente caíram no esquecimento da mídia. Uma pista: só a Fundação Roberto Marinho recebeu R$ 6,5 milhões do FAT em 2000!

CONJUNTURA

trabalhadoras, dos estudantes e de outros segmentos sociais em nosso país.

O quadro da correlação de forças é um elemento fundamental para definir a tática do movimento classista neste embate eleitoral e diante de seu projeto histórico socialista. A luta por um governo de reconstrução nacional, pela adoção de novo rumo para o país, calcado na soberania nacional e no desenvolvimento econômico, requer ampla composição de forças políticas e sociais, inclusive de setores do empresariado nacional, capazes de se opor ao capital financeiro, que tem como centro o imperialismo norte-americano.

DEFINIR A TÁTICA

O aprofundamento da democracia e a retomada do crescimento, além do atendimento das necessidades mais imediatas de amplos setores do povo, levarão ao reforço do proletariado, incorporando novos trabalhadores à produção, inclusive setores do mercado informal e da juventude. Isto criará melhores condições para o fortalecimento dos sindicatos, de seu poder de barganha e de mobilização, pois os sindicatos se fortalecem com o desenvolvimento econômico e social.

Setores esquerdistas do movimento operário, cegos pelo sectarismo, não enxergam esta perspectiva. Com sua estratégia retilínea, idealista e voluntarista, parecem apostar na vitória dos candidatos das elites. Em outro extremo, serviçais do capital, como a Força Sindical, assumem a sua traição ao investirem na flexibilização trabalhista, nas privatizações e nas políticas compensatórias do capital. Daí se credenciarem a vice-presidente na chapa de Ciro Gomes, também candidato de um setor das elites dominantes.

LULA PRESIDENTE

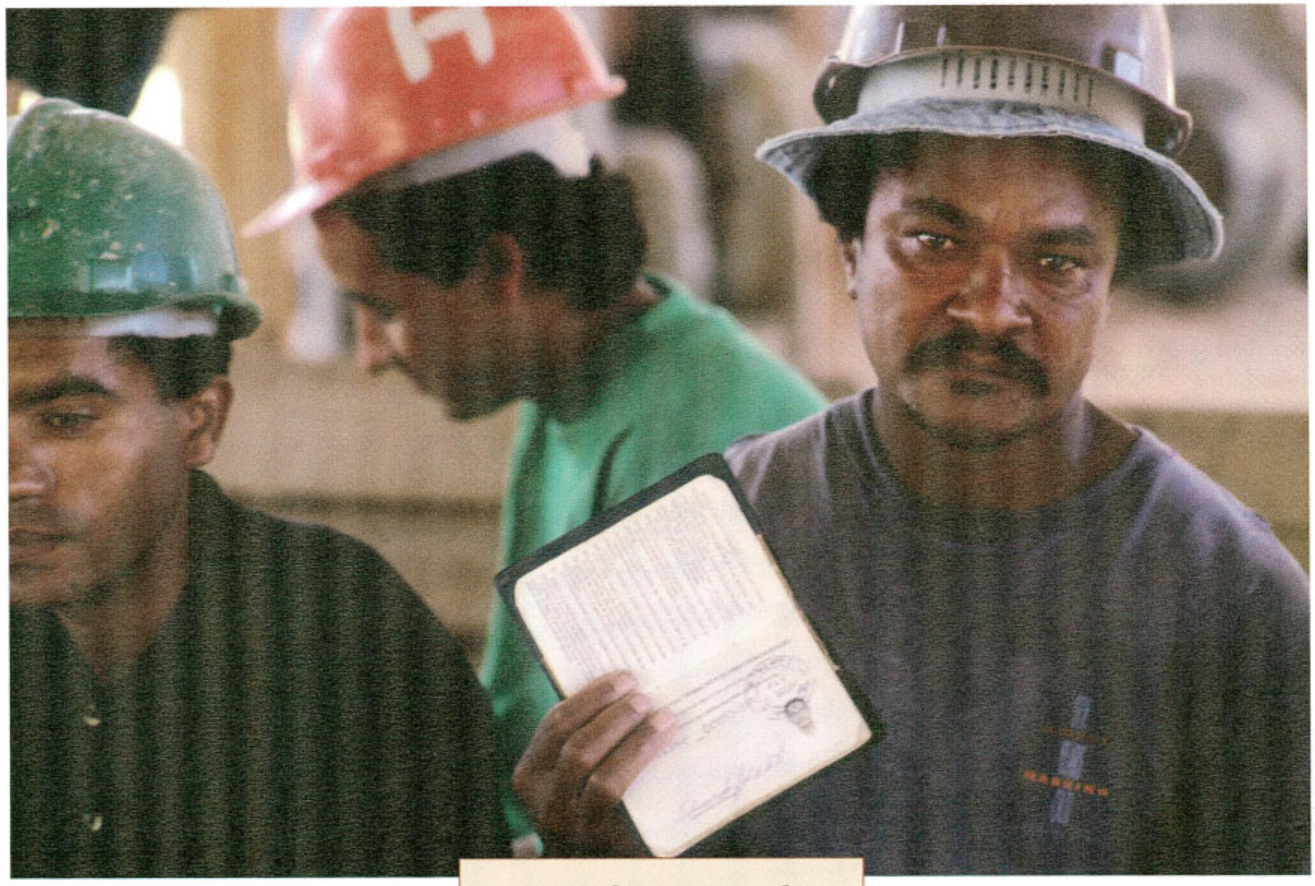
Como afirma recente resolução da CSC, o caminho para chegar a um novo sistema social passa pelas batalhas políticas concretas em curso na atualidade. Em nosso caso, a luta decisiva é pela eleição para presidente de Lula, credenciado por defender os interesses populares e nacionais e pela frente que reúne PT, PCdoB, PL, PCB e PMN, e também pela eleição dos candidatos aos governos estaduais, Senado, Câmara Federal e Assembléias Legislativas do campo progressista.

Este é o nível da batalha política em que estamos situados e que somos chamados a dirigir. Avançando neste rumo, teremos acumulado forças para batalhas ainda mais decisivas contra o neoliberalismo e o capitalismo. A plataforma aprovada pelo 5° Congresso da CSC oferece uma boa síntese dos objetivos que o sindicalismo classista deve perseguir nesta jornada.

Neste momento, a participação ativa nas lutas em curso, como o plebiscito da Alca e o abaixo-assinado de 1 milhão de assinaturas pela redução da jornada a ser entregue ao presidente eleito em maio de 2003, deve correr pelo leito da batalha central das eleições. Somente com muita luta, num ambiente político mais favorável e através de um poderoso movimento de massas, é possível um desenvolvimento voltado para o avanço e melhoria das condições materiais e espirituais de vida dos trabalhadores e do povo brasileiro.

João Batista Lemos é coordenador nacional da Corrente Sindical Classista (CSC) e integrante do conselho de redação da *Debate Sindical*

A regressão do trabalho na "era FHC"



Jesus Carlos

No seu longo reinado, FHC foi o presidente que provocou os maiores estragos nas relações de trabalho em toda história da vida republicana

ALTAMIRO BORGES

Chegada a hora da eleição do novo presidente da República, cabe fazer um balanço sobre os efeitos das políticas adotadas pelo atual governo no que se refere à questão do trabalho. De imediato, uma conclusão óbvia: nos seus quase oito anos de mandato, FHC foi responsável por uma brutal regressão neste campo, o que lhe garante o título do presidente que provocou os maiores estragos nas relações de trabalho em toda história da vida republicana. No seu longo reinado o desemprego bateu recordes, os salários foram corroídos, avolumou-se a chaga da informalidade e houve um feroz desmonte da legislação trabalhista.

Quando tomou posse pela primeira vez, em janeiro de 1995, FHC pronunciou um badalado discurso no qual disse que sua missão seria "acabar com a era Vargas'". Agora, nos estertores de seu governo, ficam patentes os resultados devastadores desta política. Se a "era Vargas", com todas as suas contradições, entrou para a história por implementar um projeto de nação, que inclusive contribuiu para a regulação do trabalho, a "era FHC" será lembrada como uma etapa de destruição da economia

No final de 1994, havia 4,5 milhões de desempregados; já em 2000, eram 11,5

nacional e do trabalho. O sintoma mais dramático deste desastre se expressa no desumano crescimento do desemprego.

EXPLOSÃO DO DESEMPREGO

Segundo estatísticas do IBGE, no final de 1994, o desemprego vitimava 4,5 milhões de trabalhadores, o equivalente a 6,1% da força de trabalho no país. Ao término do primeiro mandato de FHC, em 1998, ele desgraçava a vida de 7 milhões de brasileiros – 9,2% da População Economicamente Ativa. Já em 2000, último ano das informações oficiais do IBGE, atingia 11,5 milhões de trabalhadores, próximo à explosiva taxa dos 15% da PEA. Ou seja: um milhão de desempregados a mais para cada ano de governo FHC.

Além do seu aumento vertiginoso, também houve uma mudança no perfil dos desempregados no reinado tucano. Ao invés de concentrado nos trabalhadores de baixa escolaridade e qualificação, como nos anos 80, ele cresceu entre as pessoas de maior escolaridade, adultos, chefes de família e ocupados em funções hierarquicamente superiores. A taxa de desemprego foi mais expressiva para os trabalhadores com escolaridade entre quatro e sete anos do que para aqueles com menos de um ano de acesso à educação.

Atualmente, este drama atinge em especial a juventude. De cada dois desempregados no país, um possui menos de 25 anos de idade. "Excluídos dos mecanismos de garantia de renda e vetados pelo mercado de trabalho, os jovens seguem, cada vez mais, sem perspectiva de futuro", lamenta o economista Marcio Pochmann. Para os jovens das camadas médias, a saída encontrada é a fuga do país – cerca de 1,4 milhão de jovens emigraram do Brasil nos últimos anos.

Segundo o IBGE, o rendimento real dos trabalhadores está em queda há quatro anos e já acumulou uma perda de 10,8%

Já para os jovens das famílias de menor renda, as opções se encontram no trabalho precário (ambulante, segurança, entre outros de baixo salário), quando não na prostituição, na droga e na criminalidade. "A violência juvenil, que consagra aos jovens os indicadores de homicídio sem paralelo nacional, somente associado aos países em conflito aberto, é produto da política de FHC", garante Pochmann.

CORROSÃO DOS SALÁRIOS

Se a explosão do desemprego na "era FHC" é uma realidade inconteste, admitida até mesmo pelo mais cínico bajulador do atual governo, já no que se refere aos rendimentos a propaganda oficial insiste em vender a ilusão de que houve uma melhora do poder aquisitivo durante o reinado tucano. Esta seria uma "conquista do Plano Real", que teria eliminado o efeito corrosivo da inflação sobre os salários. Um olhar mais atento, entretanto, anula mais este mito neoliberal tão disseminado pela mídia chapa-branca.

Recente pesquisa do IBGE confirma que a renda real dos trabalhadores, já descontada a inflação, está em queda há quatro anos consecutivos. Desde 1998, ela acumulou perda de 10,8%. Vários fatores explicam tal corrosão. Um deles é o próprio desemprego, que diminui o poder de barganha dos que estão na ativa e comprime os salários. Outro é o aumento do mercado informal do trabalho, onde os rendimentos são bem inferiores. Há também toda a ação planejada do atual governo para desvalorizar os salários.

Antes mesmo de assumir a presidência da República, ainda como ministro da Fazenda de Itamar Franco, FHC apresentou um projeto pondo fim à política salarial vigente há 30 anos, que garantia a indexação dos salários. Sem esta legislação de proteção, a renda dos assalariados ficou a mercê da dinâmica do mercado. Num cenário de brutal desemprego, os sindicatos não tiveram força para garantir a manutenção – e, muito menos, a elevação – do poder aquisitivo. Vingou a "livre negociação" entre a forca e o enforcado!

Além disso, FHC investiu pesado para enfraquecer o salário mínimo como um agente regulador da renda no país. No seu reinado, houve recorrente esvaziamento do seu papel, com o rebaixamento do seu valor real, a

regionalização de sua fixação e a separação do seu valor do piso da Previdência Social. Outra vítima deste governo foi o funcionalismo público, que ficou quase oito anos com o seu salário congelado.

Estudo do Dieese é taxativo: "A renda do trabalho não acompanhou, ao longo desse período, os ganhos de produtividade da economia. Nem mesmo manteve o poder de compra dos que vivem de salários. Ao contrário, apesar de alguns momentos de recuperação, o saldo do período é de diminuição do poder aquisitivo de todos os que têm no trabalho sua fonte de renda. O salário mínimo, importante instrumento distributivo e de regulação do mercado de trabalho, atingiu os mais baixos patamares de sua história".

CHAGA DA INFORMALIDADE

Outro desastre do ponto de vista do trabalho foi o crescimento da informalidade. Nos quase oito anos de reinado tucano, esta praga cresceu como erva daninha. Atualmente, segundo a Organização Internacional do Trabalho, apenas um em cada três brasileiros é assalariado com registro formal. Dos 76,5 milhões de pessoas que compõem a População Economicamente Ativa (PEA), somente 24 milhões possuem algum tipo de proteção social e trabalhista. O restante está desempregado ou vegeta no mercado informal.

Apesar das diversas faces da informalidade, o grosso destes trabalhadores vive totalmente desamparado – sem qualquer direito trabalhista ou previdenciário –, trabalha longas jornadas, ganha míseros rendimentos e nem sequer conta com o respaldo de uma organização sindical. Um estudo feito pela CUT na cidade de São Paulo, intitulado "Mapa do trabalho informal", indicou que a jornada média entre os entrevistados era de 76 horas semanais. Mostrou também que "a grande maioria dos informais exerce atividades precárias, quase todas sujeitas à repressão policial, o que torna os ganhos extremamente instáveis e incertos".

O vertiginoso aumento desta chaga tem tudo a ver com o receituário neoliberal aplicado por FHC. É certo que a informalidade já existia antes da sua posse. Mas até os anos 80 havia um processo de ampliação do assalariamento formal. De cada dez postos de trabalho criados no país, oito eram empregos assalariados – sendo sete com carteira assinada. A partir da década de 90, porém, houve uma inversão desta tendência histórica – de cada dez empregos criados somente dois são assalariados e ainda sem registro em carteira.

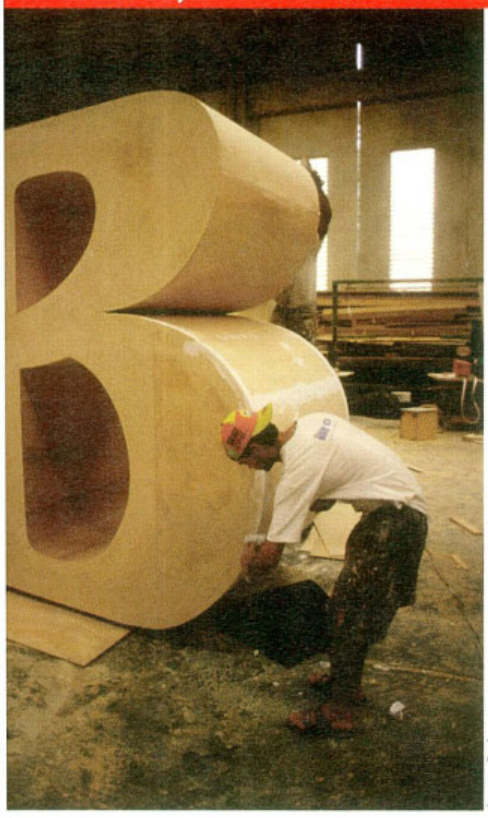
Relatório da OIT indica que apenas um em cada três brasileiros tem registro formal; milhões vegetam na informalidade

As razões do crescimento da informalidade são bem conhecidas. A primeira decorre da própria explosão do desemprego. A segunda deriva dos míseros salários, que tornam o setor uma opção de subsistência. A terceira relaciona-se à investida da flexibilização trabalhista, que multiplicou os contratos precários de trabalho. Por último, existe a "ilusão" de se livrar do jugo do patrão, construindo um "negócio próprio".

Mas ocorre que este setor já dá sinais de esgotamento. Durante algum tempo, ele serviu de "colchão", amortecendo os dramáticos efeitos do desemprego. Antes, a abertura do pequeno negócio era uma opção para quem não encontrava emprego. Hoje, porém, ele está saturado. "As estatísticas mostram que não há mais espaço para o crescimento dos autônomos", afirma Sérgio Mendonça, diretor do Dieese. O resultado deste inchaço é que a renda destes trabalhadores, segundo o IBGE, hoje é inferior a R$ 240,00 por mês.

DESMONTE TRABALHISTA

Por último, vale destacar o violento processo de desmonte da legislação trabalhista imposto por FHC. Os retrocessos neste campo impressionam pela quantidade das medidas e pelo seu alto poder de devastação. A lista de ataques é imensa e as intenções eram piores! Já quando seu governo agonizava, em 2001, FHC apresentou um projeto de alteração do artigo 618 da CLT, impondo a prevalência do "negociado sobre o legislado". Na prática, anulava históricas conquistas dos assalariados – 13º salário, férias, adicionais, etc.



Jesus Carlos

A reação a este projeto foi generalizada e, por enquanto, a "reforma da CLT" está arquivada. Mas apesar desta derrota parcial, a flexibilização avançou a passos largos no país. Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho, o Brasil foi um dos recordistas mundiais na desregulamentação neste período. Este título foi obtido graças a um ardil de FHC. Percebendo que seria difícil promover mudanças radicais na Constituição ou na CLT, ele usou a tática de impor as medidas à conta-gotas, em doses homeopáticas.

Ele nunca desistiu desta "missão" e nem podia. Afinal, assumira um compromisso com o FMI. O item 33 do "memorando de entendimento", assinado em 1998, revela seu servilismo diante dos credores externos: "Embora o mercado de trabalho brasileiro não seja perseguido por nenhuma rigidez grave, determinadas regulamentações e políticas do mercado de trabalho podem contribuir para uma maior flexibilidade".

Neste sentido, FHC pode se dar por satisfeito. Seu reinado cumpriu a meta de desmontar a regulação até então existente. As relações do trabalho de hoje relembram a fase anterior à da "era Vargas". Importantes conquistas dos trabalhadores foram golpeadas. Atualmente, o que há no país é a contratação flexível, a jornada flexível e a remuneração flexível! Através de vários expedientes legislativos, FHC adulterou aos poucos as regras trabalhistas. Sua fúria flexibilizadora fica patente nas seguintes iniciativas, entre outras:

- **Portaria 865, de setembro de 1995.** Impediu a autuação das empresas por desrespeito às convenções e acordos trabalhistas. Ao invés de multa, determinou que os fiscais apenas registrem a ocorrência de práticas ilegais;
- **Decreto 2.100, de dezembro de 1996.** O governo denunciou a Convenção 158 da OIT, retirando do direito brasileiro a norma mundial que limita a demissão imotivada;
- **MP nº 1.539, convertida na Lei nº 10.101.** Reeditada desde final de 1994, instituiu a Participação nos Lucros e Resultados. A PLR não é incorporada aos salários e benefícios, sendo um meio eficaz de flexibilização da remuneração. Permitiu ainda o trabalho dos comerciários aos domingos;
- **Lei nº 9.601, de 1998.** Aprovada em dezembro de 1997, criou o "contrato por tempo determinado", o famoso "contrato temporário". Ela também permitiu a jornada semanal superior às 44 horas previstas na Constituição sem o pagamento das horas extras, criando a abjeta figura do "banco de horas".
- **MP nº 1.709, renumerada para 1.779 e 2.168.** Vigorando desde 1998, instituiu o contrato parcial de trabalho. Permite a jornada semanal de no máximo 25 horas, com redução proporcional do salário e do tempo das férias – que pode ser de oito dias;
- **MP nº 1.726, de 1998.** Instituiu a "demissão temporária", com suspensão do contrato de trabalho por cinco meses. Neste período, o "demitido" recebe o seguro-desemprego, custeado pelo FAT, um fundo público oriundo das contribuições dos assalariados.

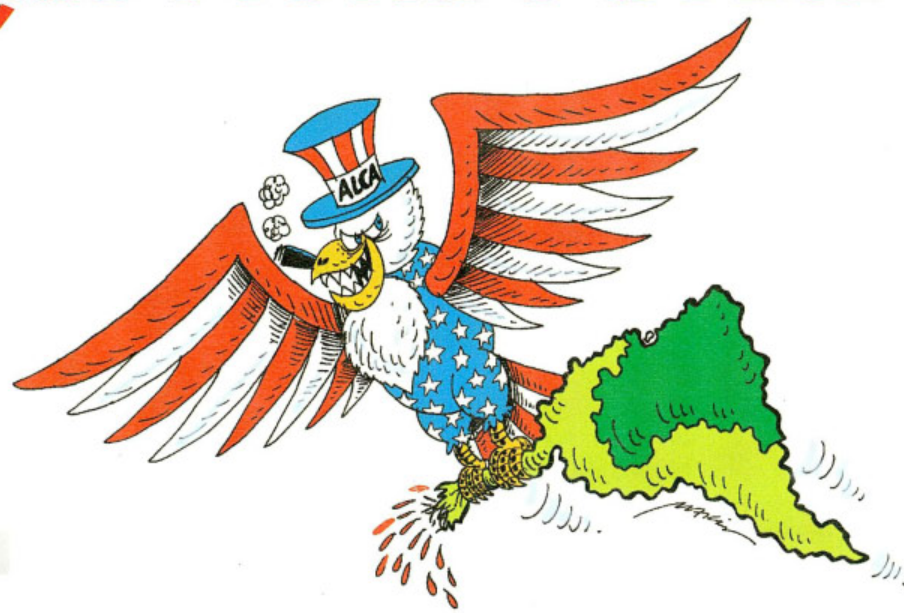
Além desta artilharia pesada, o governo promoveu autêntica cruzada contra a Justiça do Trabalho, ciente da necessidade de ter um Judiciário rendido. Aqui se encaixam projetos como o do rito sumaríssimo, das Comissões de Conciliação Prévia e do fim do juiz classista. FHC também fez questão de explicitar sua aversão aos sindicatos, visando inibir as lutas dos trabalhadores. De cara, em maio de 1995, num gesto bem emblemático, acionou o Exército contra a greve dos petroleiros e multou as entidades da categoria.

Com base nesta experiência arbitrária, apresentou um projeto criminalizando as greves – com multa diária de até mil salários mínimos no caso da greve prosseguir após ser declarada abusiva. Na ofensiva contra o sindicalismo, pressionou pela limitação do número de dirigentes sindicais e pela proibição do desconto das contribuições confederativa e assistencial, visando asfixiar financeiramente os sindicatos. Mas a sua investida fatal, a PEC-623 – que instituía o pluralismo sindical – , ainda não vingou.

Altamiro Borges é jornalista, editor da revista *Debate Sindical* e autor, junto com Marcio Pochmann, do livro *"Era FHC – A regressão do trabalho"* (Editora Anita Garibaldi, agosto de 2002)

As Comissões de Conciliação Prévia e a Alca

A rápida difusão das CCP's visou estrangular o setor público para induzir a um programa de privatização e desregulamentação do trabalho



PAULA BEIGUELMAN

O projeto de lei do Poder Executivo autorizando a criação das Comissões de Conciliação Prévia (CCP's) para analisar demandas de natureza trabalhista foi aprovado na Câmara dos Deputados em 21 de outubro de 1999. Em seguida (dezembro do mesmo ano) deu-se a aprovação no Senado. Em 12 de janeiro de 2000, o projeto se transformava na lei nº 9.958, que entraria em vigor em 12 de abril, 90 dias depois de promulgada.

Tratando-se de questão trabalhista, acrescentava-se à CLT, após o Título VI e o artigo 625, um novo Título, o VI-A (Das comissões de conciliação prévia). A lei nº 9.958, desmembrada, dava lugar aos artigos 625-A, B, C, D, E, F, G e H. O artigo 625-B detalha a forma da comissão quando instituída no âmbito da empresa. O artigo 625-D esclarece que qualquer demanda de natureza trabalhista deve ser submetida inicialmente às CCP's; apenas se frustrada a conciliação, poderá ser intentada ação na Justiça do Trabalho.

Dado o empenho do governo e do setor patronal, as comissões passaram a se multiplicar. Correlatamente, os trabalhadores eram impelidos para o novo sistema, praticamente tornado obrigatório, mesmo para que pudessem posteriormente procurar a Justiça do Trabalho, caso a conciliação não se consumasse.

IRREGULARIDADES E FRAUDES

Não tardaram a chegar ao conhecimento público e principalmente dos especialistas as irregularidades que o novo esquema possibilitava. Consistiam, entre outras, em: acertos lesivos, resultando em pagamento de importância menor que a devida; manobras para forçar os demandantes a abrir mão de direitos e verbas rescisórias irrenunciáveis; homologação de rescisão de contrato de trabalhadores com mais de um ano de serviço – falsa, uma vez que o § 1º do artigo 477 da CLT exige para sua validade a presença de representante do Ministério do Trabalho ou a assistência do sindicato, o que não ocorria; cobrança de taxas sobre o valor do acordo.

No dia 14 de setembro de 2001, o Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo, junto com outras prestigiosas entidades, promovia audiência pública da Comissão de Relações do

Os trabalhadores são impelidos para o novo sistema, que praticamente é tornado

Trabalho da Assembléia Legislativa de São Paulo, a fim de denunciar essas fraudes e requerer sua apuração. Essa iniciativa deu origem a um documento cujo relator foi o deputado estadual Nivaldo Santana (PCdoB). Votado e aprovado na Assembléia Legislativa, o relatório foi posteriormente encaminhado à Procuradoria Regional do Trabalho.

A intensa cobertura da imprensa, deflagrada em meados de maio passado, colocou a escandalosa questão na ordem do dia. Em vista disso, o presidente da República decidiu se manifestar, e em seu programa semanal de rádio formulou críticas àqueles que estariam "desvirtuando" os objetivos das comissões. Contudo, simultaneamente enfatizava que o governo ia manter "a qualquer preço" o que chamava de conquista. E até se congratulava com o fato de já estarem instaladas no país cerca de 1.200 CCP's, às quais eram dirigidos efusivos elogios neoliberais.

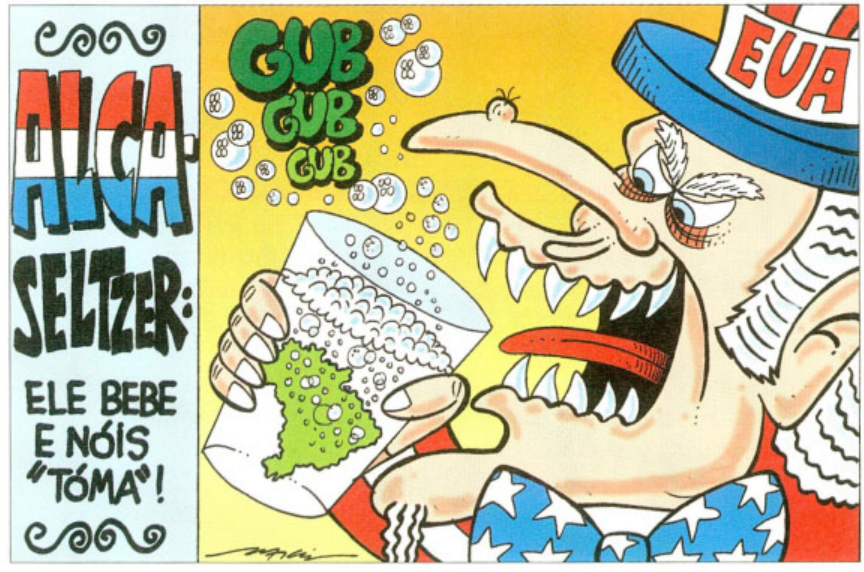
Na seqüência, era publicada no dia 7 de junho passado, no Diário Oficial da União, a portaria nº 264, assinada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Paulo Jobim. Nela se estabeleciam normas para o acompanhamento e fiscalização do funcionamento das CCP's, inclusive no referente à forma de custeio. A portaria também chamava a atenção para o necessário cumprimento do § 1º do artigo 477 da CLT, referente à correta rescisão contratual. Todavia, no preâmbulo, o ministro, tal como fizera o presidente da República, ressaltava a importância atribuída às CCP's, às quais, no seu entender, caberia promover "a modernização das relações de trabalho no País".

Os ideólogos da precarização dos direitos dos trabalhadores e da Justiça trabalhista lastimaram a repercussão das denúncias, temendo que as fraudes descobertas ameaçassem o projeto "modernizante". Aliás, declaravam esperar do próprio mercado o "saneamento" da situação... Por sua vez, os setores que implantavam CCP's sem praticar as gritantes irregularidades apontadas sentiam-se injustiçados devido à generalização das acusações, e se ofereciam para colaborar na fiscalização do novo modelo.

PORTARIA INEFICAZ E INÓCUA

Já para os advogados e juízes do trabalho, a portaria nº 264 era simplesmente ineficaz e inócua. Com efeito, a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) preconiza, assim como os advogados, o fim da obrigatoriedade da apresentação preliminar da demanda às CCP's. A Anamatra defende também, como a OAB, a limitação do alcance dos efeitos da conciliação. "Hoje, os trabalhadores assinam o termo de eficácia liberatória geral, que na prática significa abrir mão de todos os direitos trabalhistas se houver acordo na conciliação".

Por sua vez, o presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo, Ricardo Gebrim, atento às possibilidades de coação sobre o trabalhador, critica o fato de ser permitido submetê-lo à CCP enquanto ainda empregado. "Qual a independência que um trabalhador tem para negociar direitos enquanto é funcionário de uma empresa e depende dela para seu salário?". Na mesma linha de raciocínio, o presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat)



obrigatório

não se conforma com uma situação em que pode ocorrer um trabalhador ser levado a "aceitar receber R$ 500 parcelados em cinco vezes, no lugar de dívidas trabalhistas que somam R$ 10 mil".

Aliás, no curso das denúncias sobre o caráter lesivo dos acertos, era explicitado que, no desespero de receber qualquer valor, os trabalhadores fechavam negócio sem saber que dessa forma ficavam encerradas todas as pendências. Mesmo porque, correlatamente, eram aliciados com a menção do ditado segundo o qual um mau acordo é melhor que enfrentar uma pendência judicial sem fim. Dessa forma, ao mesmo tempo que os trabalhadores terminavam lesados, a Justiça do Trabalho era desqualificada.

Ora, em artigo publicado na *Folha de S.Paulo* (26/6/02), o presidente da Anamatra, Hugo Melo Filho, informa encontrar-se na pauta do plenário da Câmara, desde 2000, o projeto de lei que propõe a criação de novas Varas do Trabalho; a necessidade é premente, porque o número atual de Varas é o mesmo há dez anos, donde a tão alardeada morosidade. Mas setores da administração econômica do governo (que prefere desafogar os tribunais por outros métodos) se opõem ao projeto, alegando impacto no Orçamento, o que o articulista demonstra ser falso.

A verdade é que também nessa área, como em outras, trata-se essencialmente de estrangular o setor público para induzir a um programa de privatização e desregulamentação. No caso específico da precarização judicial, sua origem pode ser encontrada num trabalho técnico do Banco Mundial, datado de 1996, que discute a necessidade de países como o nosso promoverem soluções "alternativas" à Justiça para resolver conflitos. Logo era promulgada a lei nº 9.307/96, que incentivava a arbitragem como método extrajudicial e a extrapolou do âmbito patrimonial para o trabalhista.

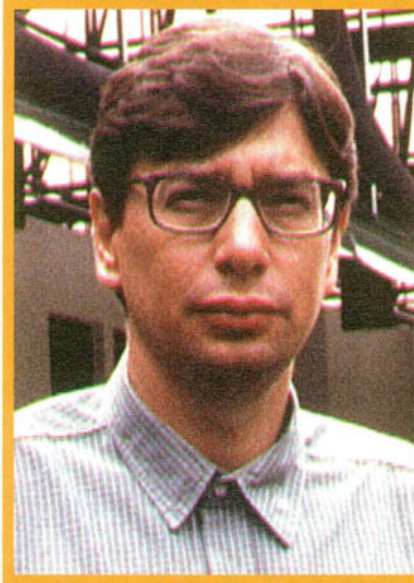
Quanto à lei nº 9.958/2000, que instituiu as CCP's, as principais entidades da área do Trabalho a interpretam lucidamente como forma de "flexibilização" uniformizadora, referente ao contexto de pressões para a criação da Alca. Por isso, juízes e advogados, ao mesmo tempo em que denunciam o fato do projeto da Alca incluir a negociação das questões trabalhistas fora do sistema judiciário tradicional, integram-se vigorosamente na luta contra os diversos aspectos dessa ameaça pendente e manifestam apoio à CNBB, CUT e demais entidades que organizam o plebiscito de setembro.

Jesus Carlos

Paula Beiguelman é professora associada da USP e autora do livro *Os companheiros de São Paulo: ontem e hoje* (Editora Cortez, 2002)

Desemprego e políticas de emprego neoliberal

MARCIO POCHMANN



Desperdício e ineficiência são as marcas das ações de FHC

Desde 1990 o Brasil convive com um grave contingente de desempregados. Mesmo com 12 anos de presença de significativo excedente de força de trabalho, o governo mostrou ser incapaz de constituir um conjunto das políticas públicas direcionado ao desempregado.

Pelo contrário, os governos dos Fernandos (Collor e Cardoso) foram responsáveis pela maior fragmentação das ações, difundidas por diversas instituições sem coordenação, articulação e integração, o que agravou a pulverização de recursos. Desperdício, ineficácia e ineficiência são as marcas das políticas governamentais.

Ademais, o país registra pequenos gastos com políticas de emprego, especialmente quando comparado com seu PIB. A Espanha, com taxa de desemprego um pouco abaixo da registrada no Brasil, compromete 2,6% do PIB, enquanto o governo brasileiro gasta menos de 1%. Em países com baixas taxas de desemprego, inferiores a 5% da PEA, como Suécia, Dinamarca e Holanda, os gastos superam os 4% do total do PIB.

RECURSOS EM QUEDA

As ações governamentais voltadas para o desemprego durante os anos 90, como o Programa Nacional de Formação Profissional (Planfor), o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), o Programa de Emprego (Proemprego), Seguro Desemprego e os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), são todas dependentes dos recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador.

DESEMPREGO CRESCENTE

Com o desemprego crescente, a aplicação dos recursos foi decrescente. Entre 1995 e 2000, o volume de desempregados cresceu 155,5%, com a incorporação de 7 milhões de novos desempregados (de 4,5 para 11,5 milhões de pessoas). No mesmo período, os recursos usados cresceram 64,7%, com um adicional de R$ 4,1 bilhões.

Por conta disso, observa-se uma queda relativa de 35,2% nos gastos com programas para o mercado de trabalho. O gasto médio destas políticas em relação ao total de desempregados caiu de R$ 1.410,40 em 1995, para R$ 913,40 em 2000.

REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA

Além disso, do ponto de vista do espaço territorial e do grau de escolaridade dos beneficiados, nota-se a presença da baixa sensibilidade das políticas ativas de emprego. As regiões Sul e Centro-Oeste, por exemplo, são responsáveis 19,2% do desemprego nacional, mas absorvem 53% do total dos gastos com as políticas de emprego do governo federal. Já a região Sudeste, que compreende 47,9% do total do desemprego, recebe menos de 1/3 do total dos recursos aplicados.

No caso dos trabalhadores com menor escolaridade, há maior participação relativa no total dos gastos das políticas do governo federal, embora o maior peso do desemprego esteja associado a maior escolaridade.

Diante do agravamento do quadro geral de desemprego no Brasil, urge a ampla reformulação das políticas de emprego do governo federal. De uma parte, a ruptura com o modelo econômico neoliberal, gerador do desemprego. De outra, a ampliação dos recursos e a alteração radical na forma de sua aplicação, com a introdução de novas políticas mais sensíveis ao universo e à heterogeneidade do desemprego, especialmente para a faixa etária juvenil e para o segmento não formalizado do mercado de trabalho.

Marcio Pochmann é professor licenciado do Instituto de Economia da Unicamp/SP, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) e Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura do Município de São Paulo. Correio eletrônico: marciop@prefeitura.sp.gov.br

Jesus Carlos

A política de assentamentos de FHC

Governo federal transformou terras economicamente marginalizadas em ativos financeiros para o benefício dos latifundiários

HORACIO MARTINS DE CARVALHO

Durante os dois governos de FHC, consolidou-se a tendência histórica no Brasil de que o limite das concessões políticas e sociais das classes dominantes para as classes subalternas do campo e da cidade, com relação às mudanças na estrutura agrária, seria proporcionado por uma política de assentamentos.

Uma política de assentamentos não altera a estrutura fundiária. Ao contrário, ao desapropriar pontual e ocasionalmente terra por interesse social para fins de reforma agrária ou adquiri-las por compra no âmbito de uma política de crédito fundiário, a política de assentamentos de FHC transformou terras economicamente marginalizadas em ativos financeiros (dinheiro ou títulos da dívida) para o benefício dos latifundiários. E só praticou essa política por pressão dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais sem terra.

A política de assentamentos esteve sempre subordinada à pressão social dos movimentos e organizações de luta pela terra. A ação direta de ocupação e resistência na terra por parte dos trabalhadores rurais obrigou o governo a enfrentar, sem equacionar, o conflito social decorrente da luta pela terra. Nos governos de FHC, cresceu a tendência histórica dos conflitos no campo: aumentou de 440 conflitos em 1995 para 870 em 1999, declinando em 2000 (564 conflitos) e voltando a aumentar em 2001 com o registro de 681 conflitos.

REPRESSÃO E MENTIRAS

As iniciativas governamentais de desapropriação e, posteriormente, de aquisição de terras por imposição do Banco Mundial e do FMI, deram-se

após tentativas frustradas, do ponto de vista dos interesses dominantes, de criminalizar, reprimir e perseguir os trabalhadores sem terra, conforme revelam documentos confidenciais do Exército obtidos pela *Folha de S.Paulo*: "Os papéis dão especial realce ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra), equiparado ao narcotráfico e ao crime organizado. Contemplam a hipótese de que, em certas ocasiões, militantes de tais organizações podem ser 'eliminados'. Os mesmos documentos admitem 'arranhar direito dos cidadãos' em nome da manutenção da ordem pública".

Não bastasse esse processo autoritário e repressivo, os meios de comunicação de massa, alimentados pelas versões oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, transformavam a luta dos trabalhadores rurais sem terra em iniciativas do governo federal, alcançando o limite do cinismo ao declararem que o governo FHC estava realizando a "maior reforma agrária do mundo" (sic). Essas declarações sempre foram desmentidas pelo MST, pela Contag e, recentemente, por artigos da *Folha de S.Paulo*.

No período de 1995 a 19 de dezembro de 2001, portanto durante sete anos, a propaganda do governo dizia que havia assentado 542.359 famílias e obtido 19.852.434 hectares. Entretanto, retirando-se as inclusões indevidas, esses números seriam reduzidos para 404.896 famílias assentadas e 17.485.690 hectares. Porém, se forem eliminadas aquelas famílias de projetos antigos e as que tiveram suas terras regularizadas na Amazônia, o número efetivo de assentados alcançaria 245.324 famílias.

As mentiras sobre a reforma agrária e o aumento da concentração de terras no reinado neoliberal de FHC

LATIFUNDIÁRIOS E FMI

Durante os sete anos e meio de governo FHC, as instituições públicas em nenhum momento tiveram a iniciativa de implantar uma reforma agrária que fosse capaz de alterar profundamente a estrutura fundiária do país de maneira que se obtivesse uma democratização da terra e a conseqüente distribuição de riqueza, ambas necessárias e indispensáveis à ampliação do mercado interno, à garantia da soberania alimentar e de uma política de exportação de produtos da agropecuária e da agroindústria de interesse da maioria da população e o convívio sustentável da produção rural com o meio ambiente.

Ao contrário, as políticas públicas macroeconômicas e a omissão governamental com relação ao monopólio da terra facilitaram a concentração da terra no país. De 1992 a 1998 a área total controlada pelos imóveis rurais maiores de 2 mil hectares foi ampliada em 36 milhões de hectares. Ou seja, área três vezes superior aos 18 milhões de hectares que o governo teria desapropriado e transferido durante seis anos (1995-2000), para o seu propalado programa de reforma agrária.

Os governos FHC foram orgânicos aos interesses dos latifúndios modernizados pelas políticas públicas. Não apenas tiveram a facilidade de ampliar seus estoques de terras, com os recursos nela disponíveis, como puderam realizar altos negócios com a política de assentamentos. Os programas Cédula da Terra e o Banco da Terra foram a marca registrada da conivência de FHC com os latifundiários, da submissão aos interesses do FMI e do Banco Mundial, contrários a uma efetiva reforma agrária.

Tendo exercitado uma política favorável às classes dominantes no campo, integradas com as da cidade, o governo restringiu duramente as políticas públicas para a consolidação dos assentamentos de reforma agrária, assim como aquelas políticas de crédito rural, de assistência técnica e de pesquisa que pudessem favorecer a agricultura familiar, nela os assentados da reforma agrária. Ao contrário, ao eliminar os subsídios à agricultura e ao abrir indiscriminadamente a importações de gêneros alimentícios, contribuiu para a desestabilização financeira do pequeno produtor familiar.

Uma reforma agrária capaz de assentar com efetividade os 4,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem-terra do país, sem considerar-se aqueles milhares de famílias hoje nas cidades que aspiram a assentamentos ruro-urbanos de reforma agrária, exigirá governos comprometidos com os interesses populares do campo e da cidade. A reforma agrária é uma ação do poder público contra o monopólio e a favor da democratização do acesso à terra. Na atual correlação de forças econômica, social e política só se efetivará se assumir caráter de classe em favor dos interesses da maioria da população brasileira.

Horacio Martins de Carvalho é engenheiro agrônomo especializado em ciências sociais

O que deve conter um novo código do trabalho?

Antonio Berni/Meio-dia, 1976

Na reta final da disputa sucessória, um tema ganha realce no discurso dos presidenciáveis: o do futuro do trabalho no Brasil. Como aperfeiçoar as relações trabalhistas e fortalecer a organização sindical? Há propostas das mais variadas e controversas. Entre elas, a do novo código nacional do trabalho. Sobre ela, a *Debate Sindical* solicitou duas opiniões divergentes e instigantes

AUGUSTO MADEIRA

Garantir o conquistado

Um novo código do trabalho deve ampliar os direitos,

Crescimento econômico, distribuição de renda e defesa da soberania nacional são as bases necessárias para o avanço das relações do trabalho no Brasil

Um novo governo tomará posse no ano que vem e a discussão sobre a alteração nas relações de trabalho já toma novo fôlego. Fala-se em reforma trabalhista, em Fórum Nacional e num novo código do trabalho. Abordaremos esta última proposta, que faz parte do programa de Luís Inácio Lula da Silva.

De imediato é preciso constatar que a idéia não é inédita. Desde a década de 60 existem propostas de codificação das leis trabalhistas à espera de votação no Congresso. As mudanças na legislação brasileira tem sido feitas de modo pontual. Grandes alterações são demoradas, vide a aprovação do Código Civil que tramitou desde os anos 70.

Porém, sem abrir mão do que foi conquistado, é indiscutível que são necessárias mudanças e avanços nas relações de trabalho no Brasil. A base do atual sistema é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com as modificações realizadas pela Constituição de 1988.

REGULAÇÃO E DESMONTE

A história do direito do trabalho no Brasil tem três fases. Até a abolição da escravatura, o trabalho era predominantemente escravo, sem condições para o desenvolvimento de uma legislação específica. A partir da República, o trabalho livre passa por uma fase de regulamentação tal como fosse uma relação de direito civil comum. Ele não era tratado com autonomia, com princípios, institutos e legislação própria.

A Revolução de 30 inicia a segunda fase. Ela teve seu ponto culminante com o decreto-lei nº 5.452 que aprovou a CLT em 1943. Esta reuniu a legislação até então existente que se encontrava esparsa e lhe deu uniformidade. Surgiu como norma contraditória. Nos direitos individuais, refletiu as conquistas da luta dos trabalhadores. Porém, em relação ao direito coletivo, ao mesmo tempo em que a legislação regulamentou o incipiente sindicalismo, ela cobrou o alto preço da interferência do Estado. Getúlio Vargas tentou se utilizar dos sindicatos como base de sustentação para o seu governo.

A Constituição de 1988 significou um grande avanço para os trabalhadores. Garantiu a liberdade sindical e a independência das entidades em relação ao Estado. Também optou por prever em seu texto diversos direitos individuais dando-lhes proteção especial, o que tem se demonstrado uma opção sábia.

O ciclo neoliberal no Brasil, iniciado por Collor e agravado nos oitos anos de FHC, abre uma nova fase de mudanças com a marca da flexibilização trabalhista e o enfraquecimento da Justiça do Trabalho. A ação dos sindicatos foi contida pela ameaça do desemprego. Esta fase coincide com o fim do "socialismo real" e a ofensiva ideológica do capital. Dentre as mudanças negativas

e avançar nos direitos

prestigiar a Justiça do Trabalho e fortalecer os sindicatos

temos: a terceirização, a proliferação de cooperativas, o "banco de horas", os contratos de tempo parcial e suspensão do contrato de trabalho.

SUPERAR O NEOLIBERALISMO

É neste quadro que se insere a discussão sobre o novo código do trabalho. Por um lado, ele deverá ir no sentido inverso ao trilhado nos tempos neoliberais. Deve ampliar direitos para os trabalhadores, prestigiar a Justiça do Trabalho e fortalecer os sindicatos, como entidades fundamentais à democracia e à promoção social. Mas ele também precisa promover mudanças urgentes para corrigir distorções que permaneceram no tempo, atualizando a legislação segundo as novas e velhas demandas.

O Brasil é um país de enormes contrastes sociais e concentração de renda. Grande parte da população vive abaixo da linha da pobreza. Temos uma das maiores jornadas de trabalho e um dos menores salários do mundo. Conquistas sociais do último século ainda não chegaram para vasta camada de trabalhadores. Carecemos de mais direitos e não de retirar o pouco conquistado.

O governo neoliberal de FHC tentou alterar o artigo 618 da CLT, impondo que o negociado derrogava o legislado. Também foi forte a pressão para extinguir o artigo 7º da Constituição, no qual estão previstos os principais direitos trabalhistas. Outra marca do período foi a recorrente tentativa de acabar com a Justiça do Trabalho. Seu enfraquecimento ocorreu com a diminuição e, em alguns casos, com a eliminação do poder normativo, o que prejudica, principalmente, os sindicatos com menor poder de pressão.

A PEC 623 tentou retirar a possibilidade dos Tribunais do Trabalho serem acionados pelos trabalhadores, mas acentuou o caráter repressor desses órgãos que poderiam decretar a ilegalidade das greves e impor multas aos sindicatos. Expediente bastante usado foi o do efeito suspensivo das decisões dos TRT quando estes deferiam alguns direitos. Por último, trabalhadores e Justiça foram golpeados com a constituição das Comissões de Conciliação Prévia. Estas viraram um poderoso meio para fraudar a norma trabalhista – uma porta aberta para a privatização da justiça trabalhista.

Esta onda desregulamentora precisa ser revertida. É verdade que a defesa da Justiça do Trabalho deve ser acompanhada por medidas visando modernizar e democratizar o seu funcionamento. Quanto à negociação coletiva é preciso repensar a restrição hoje imposta pelo sistema de data-base com seus prazos de início e término da negociação. Deve-se dar liberdade para as partes estabelecerem prazos de duração dos instrumentos. É preciso coibir práticas anti-sindicais e desprovidas de boa-fé na negociação. É necessário abrir caminhos para a negociação em âmbito maior, estimulando a negociação direta entre as partes.

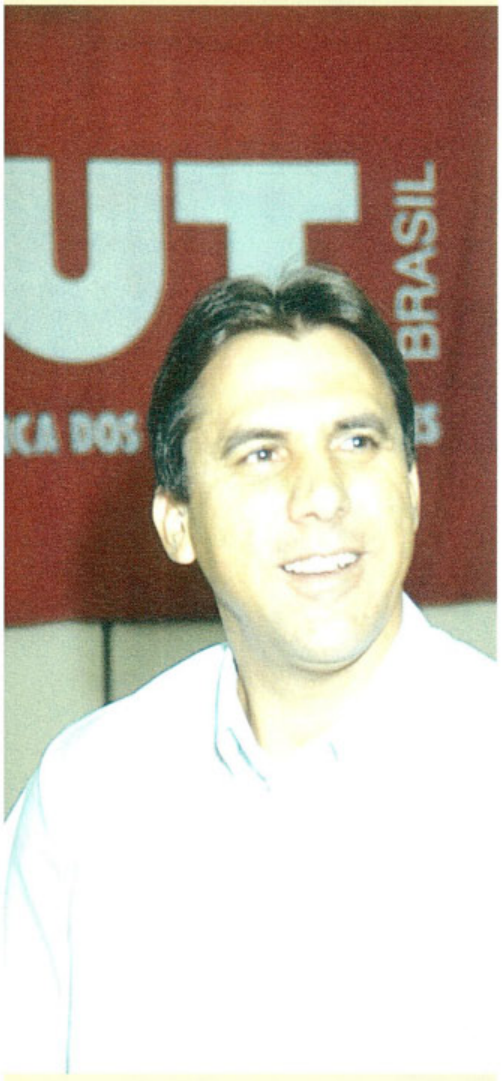
Quanto à organização sindical, a ofensiva neoliberal teve como objetivo a constituição de sindicatos por empresa. O grande obstáculo foi, e continua sendo, o instituto da unicidade sindical. Este é um dos pontos mais polêmicos no sindicalismo. O certo é que com o fim da unicidade sem a existência de salvaguardas, a tendência será a da pulverização sindical com a constituição de milhares de entidades por empresa.

Por outro lado, é urgente promover avanços na atual organização sindical. O sindicato unitário por ramo de atividade é uma resposta à fragmentação promovida pelo sindicato de categoria. É preciso garantir a organização sindical no local de trabalho, criando imunidades para a ação dos dirigentes e para a criação de organismos de base. A nova legislação também deve ter o objetivo de democratizar e dar transparência à ação sindical, impedindo a prorrogação indefinida dos mandatos, as artimanhas eleitorais e outras práticas antidemocráticas que visam a perpetuação no poder. Com base no sindicato unitário, democrático e representativo, as entidades de nível superior serão fortalecidas no seu papel.

A fase neoliberal foi de retrocesso para os trabalhadores. É necessário um novo projeto para o país, que gere desenvolvimento econômico com distribuição de renda, que garanta a defesa da soberania nacional. Só assim teremos a base para as mudanças necessárias nas relações de trabalho no Brasil.

Augusto Madeira é assessor jurídico de vários sindicatos e diretor do Sindicato dos Advogados de São Paulo

LUIZ MARINHO



A luta pela liberdade

A velha CLT permanece vigente na legislação sindical,

O Brasil patriarcal, dependente de modelos de dominação e rebelião, responsáveis pelo cenário da luta de classes no país, é coisa do passado

Garantia da representação no local de trabalho, liberdade e autonomia sindical, fim do poder normativo da Justiça do Trabalho e a instituição do contrato coletivo são os principais fundamentos que defendemos para um novo Código Nacional do Trabalho. O Brasil patriarcal, colonizado econômica e culturalmente, dependente de modelos de dominação e de rebelião, responsáveis pelo cenário da luta de classes da primeira metade do século XX, é coisa do passado.

O sistema de dominação vigente neste começo de milênio responde a outros paradigmas. O trabalho repetitivo, das grandes massas de assalariados, da prevalência do capital industrial deu lugar ao trabalho qualificado, aos grandes investimentos em tecnologia e em serviços e ao mundo da informação e da comunicação. Nesta nova configuração do mundo produtivo, o estado abandonou sua vocação paternalista cristalizada no pós-guerra, e as classes trabalhadoras foram abandonadas diante da necessidade de enfrentar a ganância selvagem do capital, colocando-se novos desafios no sentido de fortalecer sua capacidade de organização e de luta, e seus laços de solidariedade nacional e internacional.

ARES DA REDEMOCRATIZAÇÃO

No Brasil que sobreviveu à ditadura militar, as relações de trabalho também respiram os ares da redemocratização. Como resultado da experiência acumulada ao longo do século, no final dos anos setenta, um novo sindicalismo surge das greves históricas do ABC, levantando as bandeiras da liberdade e da autonomia sindical. Em 1983, confrontando-se com a legislação em vigor, é fundada a CUT, um gesto de ousadia que simboliza o nascimento de uma nova era nas relações de trabalho no Brasil.

Quem viveu a fundação da CUT tem certamente gravado na memória o gosto de vitória representado por aquele gesto de rebeldia. Valia a pena lutar, valia a pena ousar libertar-se de todo tipo de opressão. Nos libertamos da ditadura, retomamos muitos de nossos sindicatos dos pelegos e dos interventores, enfrentamos os patrões nas portas das fábricas e jogamos o sindicato na disputa do poder político, ajudando a derrubar Collor e eleger nossos representantes.

CONQUISTAS INSUFICIENTES

As conquistas políticas destes 20 anos, incluindo os princípios constitucionais de 1988, no entanto, ainda não foram suficientes para que conseguíssemos consolidar essas vitórias no campo legal. A velha CLT permaneceu vigente no plano da legislação sindical,

e autonomia sindical

perpetuando as bases de sobrevivência do velho sindicalismo

perpetuando as bases de sobrevivência do velho sindicalismo, agora organizado em torno de centrais pelegas que surgiram nos anos 90. A mais significativa delas, a Força Sindical, foi descaradamente financiada pelo patronato com o intuito explícito de contrapor-se diretamente à CUT e negociar direitos dos trabalhadores dentro do projeto neoliberal de precarização das relações de trabalho.

A experiência de luta dos trabalhadores brasileiros ao longo deste período, referenciado na experiência internacional dos trabalhadores, aponta claramente a direção das mudanças legais necessárias para o fortalecimento da sua organização de classe. Entre elas é preciso destacar quatro aspectos que precisam estar presentes em um novo código do trabalho a ser elaborado em nosso país.

COMISSÕES DE FÁBRICA

1- Nestes 20 anos, em várias indústrias brasileiras, os trabalhadores lutaram e negociaram o direito a organizarem-se em comissões de fábrica. É preciso avançar e é preciso criar organismos independentes, a exemplo das experiências que estamos desenvolvendo na nossa base metalúrgica do ABC com os Comitês Sindicais de Empresa, implantados de forma livre e unilateral a partir da decisão do nosso sindicato e dos trabalhadores de cada empresa. Esta experiência mostra a necessidade de colocarmos na legislação brasileira o princípio estabelecido pela convenção 177 da OIT, aquela que garante a representação – garante o emprego, regula a existência e a ação dos representantes dos trabalhadores no local de trabalho. Sem esta normatização, o sindicalismo brasileiro continuará distante do local de trabalho, encastelado na burocracia e dependente do Estado provedor do imposto sindical.

AUTONOMIA SINDICAL

2- Liberdade e autonomia sindicais exigem uma legislação que garanta aos trabalhadores optar pelo tipo de organização sindical que desejarem, quantos e a quais sindicatos desejarem e que formato adotar para sua organização de classe e sua central sindical. Um novo código do trabalho que precisamos conquistar tem de garantir este direito. O trabalhador brasileiro hoje é obrigado por lei a filiar-se a uma organização sindical determinada pelo território, é obrigado a descontar de seu salário um dia ao ano para contribuir com este sindicato e sequer tem direito a pensar em construir uma alternativa de organização sindical que possa corresponder aos seus interesses.

FIM DO PODER NORMATIVO

3- O poder normativo da Justiça do Trabalho também tem de ser extinto dentro desta nova legislação. Do ponto de vista conceitual é este preceito que garante ao Estado seu papel paternalista sobre o mundo da produção. Em lugar deste poder normativo, é preciso transferir para os patrões e os empregados a responsabilidade e o direito de resolverem seus conflitos, sempre com base no respeito aos direitos mínimos previstos em lei e nos contratos coletivos.

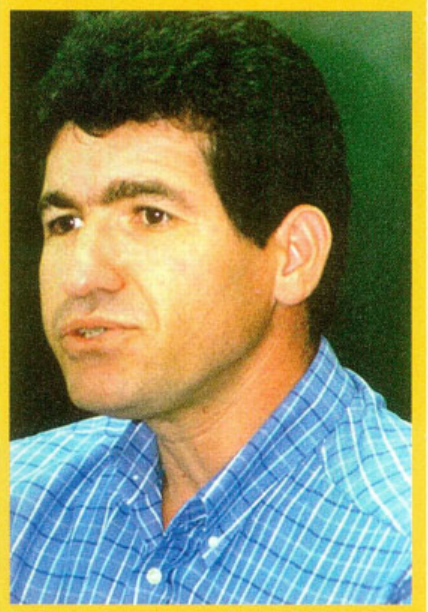
CONTRATO COLETIVO

4- A instituição da contratação coletiva como formato das relações trabalho é outro elemento fundamental de um novo código do trabalho. Ele rompe com o princípio de uma falsa igualdade nacional nas relações de trabalho, responsável pelo rebaixamento dos direitos trabalhistas que deixam de corresponder às condições concretas de cada setor produtivo e de cada momento específico da vida da sociedade. O direito à contratação coletiva garantirá aos trabalhadores igualdade de condições em relações de trabalho, resgatando na legislação seu princípio básico, qual seja, garantir à parte mais fraca das relações de trabalho igualdade com o patronato.

Luiz Marinho é presidente licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista

A reforma trabalhista no próximo governo

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



Flexibilização e pluralismo sindical nas plataformas dos presidenciáveis

A julgar pelos programas de governo e declarações dos principais candidatos à Presidência da República, haverá reformas na legislação trabalhista e sindical, inclusive no nível constitucional. A amplitude dessas mudanças e sua repercussão dependerão de quem for eleito.

No governo de FHC, houve duas tentativas nessa área, uma na esfera infraconstitucional e outra em nível constitucional. No primeiro caso, foi o projeto de flexibilização da CLT, atualmente em tramitação no Senado. No segundo, foi a Proposta de Emenda Constitucional número 623, que foi arquivada na Câmara.

No caso da CLT, o projeto visa flexibilizar os direitos sociais do artigo 7° da Constituição, ao permitir que as conquistas trabalhistas sejam livremente transacionadas mediante negociação coletiva. Já a PEC-623 objetivava instituir a pluralidade sindical, dando total e irrestrita liberdade para fundação ou criação de sindicatos. A proposta inclusive ultrapassava os limites da Convenção 87 da OIT.

POSIÇÕES DE SERRA

No próximo governo, exceto se o eleito for Antony Garotinho, haverá propostas de mudança tanto na estrutura sindical quanto nas relações de trabalho. Obviamente que caberá ao Congresso se manifestar sobre o tema, mas é certo que qualquer um dos demais candidatos que for eleito proporá mudanças.

Na eventualidade da eleição de José Serra, o projeto que flexibiliza a CLT ganhará impulso no Congresso. O senador já manifestou sua opinião favorável sob o falso fundamento de que não haverá perda de direito. Já na questão sindical, sua posição é mais radical ainda. Ele defende a unicidade para os patrões e a pluralidade para os trabalhadores, cabendo ao primeiro escolher com qual sindicato pretende negociar.

LULA E CIRO

Na hipótese da eleição de Lula, é certo que desistirá do projeto de flexibilização da CLT, mas iniciará o debate sobre o contrato coletivo e o código de trabalho, com direito mínimos, a ser definido a partir de debates no chamado Fórum Nacional do Trabalho, que pretende instituir.

Na questão sindical é conhecida a posição de Lula. Ele sempre defendeu a Convenção 87, cuja ratificação pelo Brasil requer mudança no artigo 8° da Constituição para a remoção do princípio da unicidade e da contribuição sindical. Como deputado, votou contra a estrutura sindical que foi vitoriosa na Constituinte.

PREPARAR-SE PARA O EMBATE

Na hipótese da eleição de Ciro Gomes, a tendência é que patrocine as iniciativas de seu candidato a vice-presidente, que foi um dos inspiradores do governo FHC, em especial do então Ministro do Trabalho, para o envio ao Congresso tanto do projeto de flexibilização da CLT quanto da PEC 623.

A idéia de Paulinho é promover um plebiscito sobre as relações de trabalho, como forma de legitimar essa mudança, que sofreu resistência dos reais defensores dos trabalhadores. Na questão sindical, certamente patrocinará uma proposta de conteúdo equivalente ou igual a que foi arquivada na Câmara dos Deputados.

Como se vê, os trabalhadores em geral e as lideranças sindicais em particular devem estar preparados para o debate dessas matérias, seja no Fórum Nacional, no plebiscito ou no Congresso, onde as iniciativas governamentais deverão ser apreciadas conclusivamente.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)

Arquivo Sintratec

Paralisação na Trifil durante a campanha salarial deste ano

A rica experiência dos têxteis e calçadistas em Itabuna/BA

Atraídas pelos baixos salários e pela ausência do sindicato, empresas se instalaram na região; mas a jovem classe operária logo forjou um instrumento de luta e enfrentou a violência patronal

JORGE BARBOSA
E RICARDO CARVALHO

A cidade de Itabuna está localizada na região cacaueira da Bahia, a 467 km de Salvador. Segundo o censo do IBGE, conta com cerca de 200 mil habitantes.O eixo Itabuna-Ilhéus é o centro político e econômico da região e viveu seus dias de glória no início do século XX. Na década de 70, houve um novo apogeu. Com apoio do governo, a região sul da Bahia tornou-se a maior produtora e exportadora de cacau do mundo.

A partir da década de 80, o preço do produto caiu de cotação na Bolsa de Nova York e, para agravar o quadro, surgiu uma praga denominada "vassoura de bruxa", que arrasou os cacauais. Isto levou a quase desativação do centro industrial de Ilhéus, que já possuiu quatro indústrias e quase 2 mil operários. Na área rural, o efeito foi avassalador. Segundo estimativas, 200 mil trabalhadores perderam seus empregos na microrregião cacaueira, provocando o êxodo rural e o inchaço urbano com suas mazelas.

Em meados dos anos 90, as elites locais buscaram a alternativa da industrialização no bojo da "guerra fiscal", em que vários estados periféricos ofereceram

Em dezembro de 1999, foi fundado o Sintratec com a adesão inicial de três

incentivos fiscais a empresários para atrair indústrias. Outro incentivo foi a doação de terrenos e a instalação de infra-estrutura. Além disso, as empresas se deslocaram em busca dos baixos salários e da falta de tradição de organização da recente classe operária.

Em 1997, começou a funcionar a Itabuna Têxtil (Trifil); em 1998, chegou a Indústria de Calçados Itabuna (Kildare); e em 1999, a Cambuci (Penalty), com uma unidade produtora de bolas em Itabuna e uma têxtil em Itajuípe. Neste período, todas produziam em galpões improvisados; as condições de trabalho eram as piores possíveis; os operários recebiam apenas o salário mínimo; e a chefia discriminava os trabalhadores com expressões do tipo: "baiano burro" ou "baiano bichado" (para quem apresentava atestado médico).

FUNDAÇÃO DO SINTRATEC

Essa brutal exploração gerou revolta em muitos operários, que passaram a se queixar para sindicalistas de outras categorias e vereadores da oposição. Assim, em dezembro de 1999, com o apoio dos sindicatos dos bancários e comerciários de Itabuna, do Sindicacau e dos têxteis da Bahia, foi fundado o Sintratec (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis e Calçadistas do Sul e Extremo Sul da Bahia). Ele foi criado com a adesão inicial de três operários da Trifil e sete da Kildare. A reação patronal foi imediata.

A Trifil despediu os três sindicalistas e a Kildare partiu para a renovação de quase todo o seu quadro funcional. Apesar da forte pressão, os operários não desistiram. Na campanha salarial ocorrida logo após a fundação do Sintratec, em conjunto com o Sindtêxtil/BA, foi fixada a data-base em 1º de janeiro e assinada a primeira convenção coletiva dos calçadistas e o primeiro acordo coletivo dos têxteis. Num acordo paralelo, foram readmitidos os diretores despedidos pela Trifil.

A partir de então, o sindicato voltou sua atenção para a luta por melhores condições de trabalho. Também combateu a Cooperativa das Costureiras de Itajuípe (Coci) organizada pela Penalty. Esta tinha como objetivo evitar o pagamento dos encargos sociais. Várias operárias recebiam entre R$ 30,00 e R$ 100,00 mensais da "gata". Após diversas denúncias do sindicato, inclusive na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a famigerada cooperativa foi desativada e os operários contratados pela Penalty.

Uma forma de luta usada pelo Sintratec nesta época era a denúncia dos abusos junto à opinião pública. Isto era feito através da imprensa, das manifestações em frente às fábricas e no centro da cidade, da distribuição de carta aberta à população e do uso de painéis com fotos dos uniformes sujos de trabalho.

No início de 2001 ocorre a primeira greve operária; a Trifil pára por uma hora e é obrigada a ceder

PRIMEIRA GREVE

Na segunda campanha salarial da categoria, em janeiro de 2001, houve a primeira grande reação operária contra a exploração. Com o apoio de sindicalistas bancários e comerciários e dos secundaristas da UJS (União da Juventude Socialista), a Trifil foi paralisada por uma hora. Acuada, a empresa acionou a força policial para vigiar os sindicalistas. Contudo, após uma segunda paralisação de 45 minutos, ela recuou.

Neste período, o Sintratec foi surpreendido na Penalty de Itabuna pela ação divisionista do Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia, que procurou disputar a representação da base. O lance pitoresco é que as lideranças desta entidade foram recebidas pela empresa, o que sempre foi negado ao Sintratec. Ambos sindicatos eram filiados à CUT e esta atitude irresponsável gerou confusão nos trabalhadores.

No I Congresso do Sintratec, em fevereiro de 2001, lideranças da Penalty foram eleitas para diretoria da entidade. Alguns meses depois, foi assinado o primeiro acordo coletivo na empresa. Após muita troca de farpas, o Sindicato dos Petroleiros afastou-se da base. Mesmo assim, ainda acionou parlamentares para dificultar o registro do Sintratec no Ministério do Trabalho. Este só foi expedido em março de 2001.

operários da Trifil e de sete da Kildare; a reação patronal foi violenta

O congresso, com quase 100 trabalhadores, aprovou a ampliação da base do Sintratec e elegeu mais quatorze operários para compor a nova diretoria. Pouco depois, em maio, foi inaugurada a nova sede da entidade – antes a diretoria usava uma sala no prédio do Sindicato dos Comerciários de Itabuna.

O fortalecimento da organização sindical gerou nova onda de perseguição das empresas. A Trifil demitiu a sindicalista Patrícia Palmeira, grávida, além dos diretores Seilma Viana, Irani Santos, Audaci Jesus e Jéser Cardoso, recém eleito para a CIPA. Após uma ação impetrada pelo Sintratec, a Justiça reintegrou a Audaci Jesus, mas o processo de reintegração dos outros diretores ainda se encontra em tramitação. A fábrica da Penalty/Itajuípe também demitiu a sindicalista Maria da Conceição, a Tita.

Neste período também foi lançada uma ampla campanha de sindicalização, com manifestações nas portas das fábricas, visitas às casas dos operários e reuniões próximas às firmas. Já os empresários mantiveram a política de demissão em massa. Num só dia, a Trifil demitiu 150 operários. Mesmo com toda perseguição, o Sintratec conta hoje com cerca de mil filiados, num total de quase 2.500 operários na base.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Além da batalha permanente em defesa da sua organização de classe, os trabalhadores realizaram outras importantes lutas por melhores condições de trabalho. A Penalty/Itabuna, por exemplo, não concedia o vale-transporte garantido por lei. O Sintratec acionou o Ministério do Trabalho, via DRT, que autuou a fábrica obrigando-a ao fornecimento do benefício. Já a Trifil fazia a revista íntima das operárias. Após reunião entre sindicato, fábrica e Ministério do Trabalho, foi obrigada a modificar esta prática indecente.

Sindicato investe na formação, no lazer e informação; edita o boletim quinzenal "pano para a manga"

A Trifil e a Penalty também não aceitavam os atestados médicos dos trabalhadores. Alegavam que estes só poderiam ser emitidos pelo médico da empresa. Na Kildare, o doador de sangue só podia entregar um atestado ao ano. O Sintratec fez a denúncia ao Ministério do Trabalho, realizou um ato de protesto no centro da cidade e acionou a Câmara de Itabuna. A Penalty regularizou a situação.

Outro grave problema sempre foi o da jornada de trabalho. No geral, era de 12 horas diárias. A Trifil chegou a exigir 14 horas no setor de expedição. Na Penalty, esta exploração contava com requintes de crueldade. A cada semana um setor era "premiado" com o aumento da jornada. O Sintratec denunciou essas arbitrariedades ao Ministério do Trabalho e a prática foi barrada nas duas fábricas.

Pedro Augusto

Primeiro Congresso so Sintratec em 2 de fevereiro de 2001

A Trifil negava a Constituição ao demitir operárias grávidas, inclusive por "justa causa". Com ações na Justiça, o Sintratec tem conseguido a reintegração. Também é grande o número de trabalhadores com doenças ocupacionais e mutilações em acidentes. Casos de LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos-Doenças Osteomusculares do Trabalho) são comuns, ocasionando pressão e vários processos na Justiça.

Uma das reclamações mais corriqueiras era sobre a péssima qualidade da comida servida nas fábricas. Indisposição, mal-estar intestinal e vômitos eram freqüentes entre os operários após a pausa das refeições. As queixas eram inúmeras, desde comida estragada, água suja, até lagartas e baratas que faziam parte do almoço. Após as denúncias do sindicato, as fábricas começaram a melhorar um pouco o cardápio dos operários.

Por fim, vale citar o grave problema do banco de horas. A última convenção coletiva definiu que a sua implantação só se daria com o aval do Sintratec. Porém, a

Penalty/Itabuna tem pressionado os operários para a implantação desse famigerado instrumento de exploração. Sob a ameaça de novas demissões, ela tem induzido os trabalhadores a pressionarem o sindicato para a autorização da implantação desse mecanismo. O Sintratec tem rechaçado a proposta dos patrões, procurando conscientizar e mobilizar a base. O banco de horas foi rejeitado em recente assembléia dos operários da Penalty.

A terceira campanha salarial, em janeiro de 2002, foi marcada pela truculência dos patrões. Devido ao descaso das empresas, foi aprovada por unanimidade a proposta da greve. Após um protesto de 30 minutos, a Trifil acionou o Batalhão Policial e contratou um cinegrafista para filmar os grevistas. Mesmo com todo esse aparato, os operários decidiram paralisar as atividades por 45 minutos em 20 de fevereiro de 2002. A reação da Trifil foi demitir dez operárias que estavam vestidas com a camisa do Sintratec.

A paralisação na Penalty/Itabuna ocorreu em 22 de fevereiro, com o apoio dos sindicalistas de outras categorias e dos militantes da UJS. Apesar da truculência policial, a greve foi vitoriosa. Aproveitando o pique da campanha e a greve geral contra a reforma da CLT convocada pela CUT, os operários da Penalty voltaram a paralisar a fábrica por 24 horas em 21 de março. Já os trabalhadores da Penalty em Itajuípe realizaram a paralisação no dia seguinte. Essa greve teve repercussão na imprensa municipal e estadual.

Diante da mobilização crescente dos operários, o sindicato patronal propôs um reajuste de 12% sobre o piso, 8% para os que ganham acima do piso e um abono de R$ 50,00. A proposta foi aprovada. Mas, passados dois meses, as fábricas ainda não tinham cumprido o acordo. Elas condicionaram o pagamento à retirada de direitos (redução do horário do almoço para meia hora e implantação unilateral do banco de horas). O Sintratec não aceitou a imposição e solicitou a intervenção da DRT. Somente em julho passado foi assinado o acordo coletivo nas indústrias têxteis e calçadistas do Sul e Extremo Sul da Bahia.

Apesar da brutal perseguição, o Sintratec conta hoje com mil filiados, num total de 2.500 na base

LIÇÕES E PERSPECTIVAS

Para conscientizar e mobilizar uma base com pouca tradição organizativa e vítima de feroz exploração, o Sintratec procurou sempre diversificar suas atividades. Desde o início, apostou no trabalho de formação sindical, promovendo vários cursos, seminários e debates. Também investiu na qualificação profissional, inaugurando em agosto passado uma escola de informática em parceria com o Sindicato dos Comerciários de Itabuna. Com o objetivo de integrar a categoria, promove diversas atividades de esporte e lazer – como torneios de futebol, passeios turísticos, festas e participa do bloco carnavalesco Mendigos de Gravata, do Sindicato dos Bancários.

Apesar do pouco tempo de existência, a categoria dos têxteis e calçadistas de Itabuna e Região já conta com certa organização e capacidade de luta. O saldo destes três anos é positivo. Os operários organizaram seu sindicato de base regional apesar de toda a repressão patronal e da pequena experiência política. Para isso, foi fundamental um Sintratec sintonizado com os problemas da categoria, presente nas portas das fábricas, nos pontos de ônibus, nos bairros, nas várias reuniões e assembléias.

Também foi decisivo o trabalho de imprensa do sindicato. Uma das primeiras atitudes da jovem entidade foi a criação do seu boletim, hoje quinzenal – o "Pano pra manga". O Sintratec também investiu na ação combativa e classista da categoria. Vários direitos que eram desrespeitados, como o vale-transporte e os equipamentos de proteção, foram conquistados na luta. O piso salarial ainda é pequeno, mas é o maior da região nordeste do país.

O Sintratec sempre apostou na politização da base e contou com a indispensável solidariedade classista dos bancários e comerciários, do Sindicacau, da UJS e do PCdoB. Sem este apoio material e humano pouco teria sido realizado. A prática demonstrou que a politização das lutas não atrapalha o avanço do trabalho sindical. Pelo contrário. Exatamente por isso, foi lançado o boletim "O Operário", que já está na terceira edição e é de responsabilidade do organismo do PCdoB na categoria.

Jorge Barbosa e Ricardo Carvalho são assessores da Corrente Sindical Classista (CSC) na região. Também colaboraram Murilo Guimarães, Rose Cairo, Marta Faustino e Adenilton Jesus dos Santos (diretores do Sintratec)

Transição e o novo rumo para o Brasil

Montagem sobre fotos de Jesus Carlos

Os fatos desse período final do governo de Fernando Henrique Cardoso evidenciam, mais do que quaisquer palavras, a necessidade de uma verdadeira mudança nos rumos do país, como tem preconizado a *Frente Lula presidente*, composta pelo PT, PCdoB, PL, PMN e PCB

RENATO RABELO

O acordo com o FMI visa manter a solvência e influenciar o processo eleitoral em curso, amarrando as mãos do futuro presidente

Em agosto, após um breve período de negociações, o governo de FHC concertou um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, pressionado por uma situação delicada. De um lado, ele é impotente para resolver a crise cambial e financeira que se abateu sobre o país no começo de junho; de outro lado, tem um candidato a presidente da República que não decola. Assim, o governo viu-se obrigado a pedir pela terceira vez socorro ao FMI pretendendo com isso manter a solvência imediata do país diante dos compromissos assumidos com os credores internacionais, mas, sobretudo, influenciar o processo eleitoral em curso, tentando inverter as tendências das pesquisas e amarrar as mãos do futuro presidente ao atual modelo, seja ele quem for.

Do montante de US$ 30 bilhões serão liberados US$ 6 bilhões no começo de setembro mediante a aprovação pela direção do FMI de um programa a ser apresentado pela equipe do atual governo, mas previamente discutido com todos os candidatos a presidente. Para 2003 ficam os outros US$ 24 bilhões. As reservas internacionais, hoje em cerca de US$ 24 bilhões, poderão chegar a um mínimo de US$ 5 bilhões, ou seja, delas poderão ser usados US$ 19 bilhões que, somados aos US$ 6 bilhões de setembro, atingirão os US$ 25 bilhões, o que corresponde quase que exatamente ao montante da dívida externa pública e privada que vence de julho até o final do ano.

O modelo neoliberal faliu e quem sofre é o povo; desemprego atinge 12 milhões de pessoas; 50 milhões estão no mercado informal e 11 milhões passam fome

O acordo revela a gravidade da situação. Ele sucede a dois outros: um de novembro de 1998 no montante de US$ 41,5 bilhões e outro de setembro de 2001 no montante de US$ 15,6 bilhões. A soma dos três atinge US$ 87,1 bilhões em pouco mais de três anos e meio.

HERANÇA PERVERSA

Os números demonstram que a verdadeira causa da crise cambial e financeira, bem como da crise estrutural por que passa o país, reside na dependência e na vulnerabilidade externa. São os fundamentos macro-econômicos (dos quais o governo gosta tanto de se gabar) que estão bastante desequilibrados e comprometidos, constituindo-se em uma herança verdadeiramente perversa do período FHC para o próximo governo. Por isso mesmo fica ainda mais vincada a necessidade de uma verdadeira mudança.

Mesmo que se consiga controlar a situação até o final do ano é necessário que não se esqueça as tendências apontadas pela crise de junho, tais como: desvalorização do Real frente ao dólar; elevação da taxa de risco do Brasil para o patamar das maiores

PERFIL DA DÍVIDA INTERNA DO GOVERNO

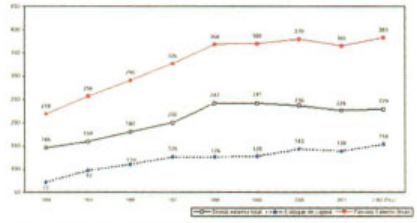
Títulos atrelados ao dólar representam mais de 30% do endividamento

Títulos	Participação
Pós-fixados (correção pela taxa-Selic)	48,92%
Corrigidos pela taxa de câmbio	30,29%
Prefixados (correção definida no momento da venda do título)	9,54%
Corrigidos pela inflação	8,92%
Corrigidos pela TR	2,29%
Outros	0,03%

Fonte: Tesouro Nacional

DÍVIDA EXTERNA E PASSIVO EXTERNO

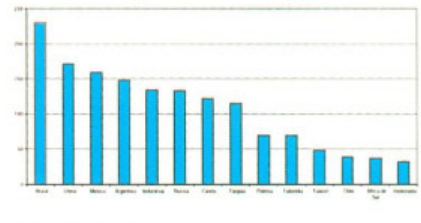
(em US$ bilhões)



Fontes: 1994: Sobeet; 1995/2001: BBC; 2002: projeção IEDI

DÍVIDA EXTERNA TOTAL 2001

(em US$ bilhões)



Fonte: Banco Central

do mundo; a perda de valor de títulos da dívida externa brasileira; a queda do valor de mercado das empresas com ações na Bovespa que, de janeiro a julho deste ano, caiu 38%, equivalentes a US$ 62,3 bilhões. Já no setor produtivo, os pátios das montadoras de automóveis estão superlotados pela falta de consumidores.

Para complicar a situação há uma crise regional. Argentina e o Uruguai passam por grandes dificuldades. Das 10 maiores taxas de risco do mundo, nada menos de 7 são de países sul-americanos. Mas há também uma crise mundial centrada nos Estados Unidos, a maior economia do mundo.

O passivo externo constituído pela soma do estoque de investimentos estrangeiros mais a dívida externa do país cresceu, entre 1994 e 1998, à razão de US$ 30 bilhões ao ano. Em 2002, beira os US$ 400 bilhões e é um dos maiores do mundo. Isso obriga a que o Brasil despenda um grande esforço para remeter lucros e dividendos ao exterior e para pagar os juros da dívida (itens que constituem a chamada conta de rendas), o que provoca um déficit colossal nas transações correntes do balanço de pagamentos, que os pequenos

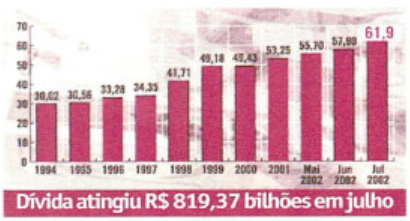
superávits comerciais são incapazes de cobrir. A instabilidade da situação se agrava quando se vê que há parcelas significativas da dívida externa, tanto pública como privada, vencendo no curto prazo. O volume do passivo externo e as obrigações que daí decorrem marcam a originalidade da situação brasileira.

Quando se soma a parte da dívida externa que é do governo com a dívida interna se tem o montante da dívida pública. No final de julho, ele já havia atingido R$ 819.376 bilhões, cerca de 61,9% do PIB. As medidas que o governo vem adotando nos últimos dois meses para tentar conter a crise cambial agravaram mais ainda o quadro. Assim, a dívida pública deve chegar ao fim do ano de 2002 em torno dos R$ 900 bilhões. Em 2001, no Orçamento da União, foram destinados R$ 119,2 bilhões para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública interna e mais R$ 26,6 bilhões para o pagamento dos juros e amortizações da dívida externa. A soma desta despesa financeira atingiu R$ 145,8 bilhões e consumiu 38,1% do total das despesas do Orçamento. Os gráficos publicados a seguir facilitam a compreensão desses problemas.

MODELO FALIDO

O modelo adotado pelo governo FHC tinha como pressuposto a cobertura dos seus déficits, primeiro com os dólares que entravam no país a título de investimentos diretos ou de novos empréstimos e, segundo, com o aumento da arrecadação dos impostos e com cortes no orçamento das rubricas sociais e de investimentos. Agora, porém, a conjuntura é outra e os investimentos externos têm se

DÍVIDA PÚBLICA COMO % DO PIB

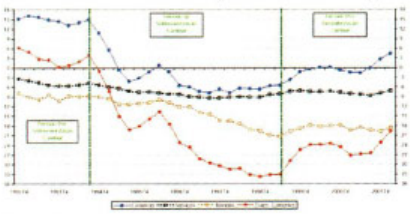


Dívida atingiu R$ 819,37 bilhões em julho

Fonte: Banco Central

PRINCIPAIS CONTAS DO SETOR EXTERNO BRASILEIRO

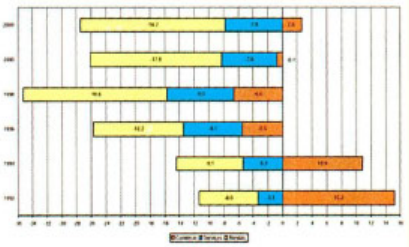
Valores acumulativos em 12 meses até o trimestre indicado (em US$ bilhões)



Fonte: Banco Central

PRINCIPAIS CONTAS DO SETOR EXTERNO BRASILEIRO

(em US$ bilhões)



A *Frente Lula Presidente* quer um novo rumo, o que fica evidenciado na trajetória de Lula e nos compromissos dos partidos que a compõem

dirigido a outras praças, sobretudo à Ásia. Além disso, a retração econômica que o país atravessa dificulta a arrecadação.

A conclusão é que esse modelo faliu, mostrou-se incapaz de promover o desenvolvimento nacional, cuja taxa média nos últimos anos situa-se em torno de apenas 2,5%. Dessa forma, o Brasil está mais vulnerável e dependente e quem mais sofre com isso é o povo. O desemprego atinge quase 12 milhões de pessoas; outros 50 milhões de brasileiros vivem na economia informal; 11 milhões passam fome todos os dias; os salários dos trabalhadores perdem crescentemente seu poder de compra. O salário mínimo de R$ 200, com o qual vivem 14 milhões de trabalhadores e mais 7 milhões de aposentados, é absolutamente incapaz de garantir uma existência minimamente digna a essas famílias.

Convém registrar brevemente que o atual governo e seu candidato a presidente propõem como cerne do programa para o Brasil um novo "esforço exportador" e a subordinação à agenda imposta pelo plano norte-americano de construir uma área de livre comércio para as Américas, a Alca. Não se pode esperar muito de um esforço exportador quando a conjuntura não ajuda: o preço das *commodities* de uma maneira geral têm caído, a economia mundial se desenvolve a taxas muito baixas, a substituição de importações é um processo relativamente demorado. A Alca, quando os EUA se protegem mais e mais, quando é evidente o atraso tecnológico do Brasil, significará uma verdadeira anexação como tem reiterado Lula.

A verdadeira causa da crise cambial e financeira, bem como da crise estrutural, reside na dependência e na vulnerabilidade externas do país

PROGRAMA DE MUDANÇA

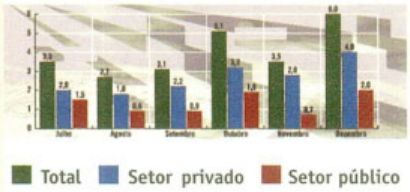
Em uma situação de grande desgaste do projeto neoliberal e do governo FHC, em que o candidato oficial não decola, surgem outras propostas. Mas só a *Frente Lula Presidente* quer verdadeiramente um novo rumo para o Brasil. Isto está evidenciado pela trajetória de lutas de Luis Inácio Lula da Silva e pelos compromissos que os partidos que compõem a frente têm com o povo. No entender do PCdoB, o governo Lula se caracterizará por ser democrático, de defesa do Brasil e de seu povo. Isso significa que:

1- O compromisso do novo governo com a defesa do Brasil deverá se expressar no esforço pela afirmação soberana do Brasil – econômica, comercial, política, diplomática e militar – no concerto das nações, na busca do desenvolvimento nacional independente, no fortalecimento do Estado nacional brasileiro como instrumento de soberania, no aumento da capacidade de defesa territorial do país e na afirmação da cultura, da ciência e tecnologia nacionais;

2- O compromisso do novo governo com a democracia deverá se expressar no esforço pela reconstrução do Estado democrático, na formação de uma nova maioria política interessada nas mudanças, na reforma política que vise a ampliação das liberdades, no relacionamento democrático com os trabalhadores, com o Congresso Nacional e com os Estados e municípios, assim como no estímulo à reforma progressista do Judiciário e à democratização dos

VENCIMENTOS DE EMISSÕES NO EXTERIOR NOS MESES DE OUTUBRO E DEZEMBRO

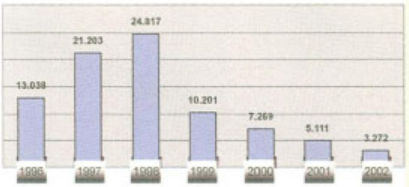
(em US$ bilhões)



Fonte: Andima, Banco Central e bancos

REMESSAS LÍQUIDAS AO EXTERIOR PELAS CONTAS CC - 5

(em US$ milhões)
de 1996 até 12 de junho de 2002



Fonte: Banco Central

meios de comunicação;

3- O compromisso do novo governo com os interesses populares deverá se expressar na política de valorização do trabalho, na geração de empregos e distribuição de renda, no esforço pela universalização dos direitos sociais e da efetiva reforma agrária, no combate frontal à fome que humilha milhões de brasileiros.

A fim de avançar no sentido destas mudanças, o governo terá que ser a expressão de um novo bloco político e social e, ao mesmo tempo, ter o respaldo do movimento popular organizado e de importantes segmentos da sociedade. Não há outra maneira para construir um novo modelo econômico de crescimento e bem-estar social. Será necessário um amplo apoio para vencer as resistências dos que pretendem que a situação continue como está e que não se enfrente as restrições que se interpõem à retomada do desenvolvimento.

Jesus Carlos

PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Da longa lista de políticas e medidas que o novo governo deverá adotar duas merecem destaque:

* Mais crescimento requer maior investimento e é por isso que o novo governo deverá construir uma nova relação com os círculos financeiros dominantes – que hoje abocanham parte substantiva da renda nacional –, relação esta baseada na soberania e nos interesses do povo. Será preciso que se diminua a carga da dívida pública, que se reduzam significativamente as taxas de juros, que se tenha um controle efetivo do dinheiro que é remetido do país para o exterior. Só pelo expediente das contas CC-5 foram remetidos aos paraísos fiscais US$ 85,91 bilhões entre 1996 e julho de 2002;

* A retomada do desenvolvimento tem como objetivo central o combate ao desemprego, que hoje atinge sobretudo os jovens, e a valorização do trabalho. A redução da jornada de trabalho sem a redução dos salários pode ajudar no combate ao desemprego. Lula assumiu o compromisso de gerar 10 milhões de postos de trabalho no período de seu governo, assim como de melhorar contínua e gradativamente os salários das faixas de menor rendimento.

Não é nada fácil, vitoriosa a coligação Lula Presidente em outubro, iniciar as mudanças levando-se em consideração o atual quadro de forças. Como passar de um modelo para outro com poderosos interesses continuistas em jogo? O PCdoB há tempos vem insistindo na necessidade de um período de transição. Bem entendido, transição para mudança e não para manter o mesmo modelo com outros protagonistas. A transição não se esgota em si mesma, mas é um meio para superar as restrições atuais e para aplicar o novo projeto mudancista.

O momento histórico é de uma riqueza incomensurável. O povo brasileiro acumulou uma importante experiência de luta nesses últimos anos. Também os partidos que compõem a *Frente Lula presidente* aprenderam muito. As dificuldades que o país atravessa são enormes, assim como são pesadas as pressões das elites internas e externas para que o país não trilhe um novo caminho que responda aos interesses da maioria do povo. É crescente a esperança de que desta vez, com a vitória da chapa Lula/José Alencar, será dado um passo significativo para a construção de uma pátria soberana e democrática, onde os trabalhadores e o povo em geral melhorem permanentemente sua condição de vida material e espiritual.

Renato Rabelo é presidente nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

SUSANA JIMENEZ E RAQUEL ARAÚJO

O perfil da liderança

Pesquisa confirma a disputa entre as concepções que pregam o desenvolvimento da consciência de classe e as que defendem a noção da cidadania

Criado em fins de 1993, fruto de um convênio firmado entre a Universidade Estadual do Ceará e a CUT/CE, o Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO) vem tentando construir o perfil da liderança sindical cutista a partir de dados coletados junto aos delegados presentes aos três últimos congressos estaduais da entidade (Cecuts), ocorridos em 2000, 1997 e 1994.

Desde seu nascedouro, o IMO questiona sistematicamente a implementação de referenciais não classistas no campo da formação cutista; o direto

Pesquisa revela a ênfase atribuída à qualificação profissional com base na noção de cidadania

Jesus Carlos

sindical cutista do Ceará

alinhamento da CUT à política governamental de formação profissional (Planfor); e a tomada da noção de cidadania – igualmente presente nos discursos do patronato e do governo – como eixo articulador entre formação política e profissional.

Nesse sentido, considerou-se oportuno, quando da pesquisa feita em 2000, contemplar as posições das lideranças cutistas colocando os entrevistados diante das alternativas formuladas pela CUT. Estas contrapõem ao desenvolvimento da consciência de classe e à critica da ordem do capital, com vistas à sua superação, a oferta de cursos de qualificação profissional e a formação para a cidadania.

A pesquisa alcançou 253 trabalhadores (108 da zona rural, 93 da capital e 52 do interior urbano), correspondentes a 52% do total de delegados. Os dados indicam que o 8º Cecut abrigou delegados majoritariamente do sexo masculino (70%); na faixa etária entre 31 e 50 anos (75%); casados (65%); com larga experiência sindical (54% com mais de dez anos); empregados, no caso dos urbanos (90%); pequenos proprietários (32 %), arrendatários (16 %) e assentados (14 %), no caso dos rurais.

HORIZONTE DA AÇÃO COTIDIANA

Para traçar o perfil dos cutistas, o IMO solicitou aos entrevistados que optassem entre as seguintes prioridades de ação: a) democratização das formas de controle e gestão dos fundos públicos; b) qualificação para uma participação competente nos diferentes fóruns deliberativos e de negociação; c) construção do socialismo; d) efetivação do autêntico sindicalismo cidadão; e) colaboração com um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável; f) conquista da hegemonia na sociedade civil organizada; g) derrubada do neoliberalismo; h) crítica ao capital.

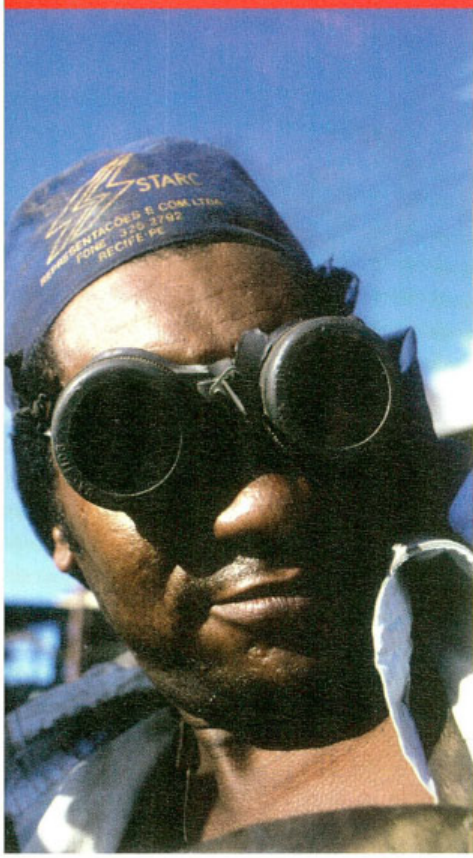
As três alternativas com maior índice de menções foram a derrubada do neoliberalismo, com 153; a construção do socialismo (126); e a colaboração com um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável (105). Examinando a distribuição regional, observa-se que 75% dos delegados da capital elegeram a construção do socialismo; 70% optaram pela derrubada do neoliberalismo; e 43% escolheram a crítica ao capital. No interior urbano, em primeiro lugar (67%) ficou a derrubada do neoliberalismo; em segundo (60%), a construção do socialismo; em terceiro (42%), a colaboração com um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável para o país.

Resultados indicam que as lideranças rurais se encontram mais aprisionadas à linha do núcleo hegemônico da CUT

Já os representantes rurais distanciaram-se da alternativa da construção do socialismo, elegendo, em primeiro lugar, a colaboração com um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável para o país (60%); em segundo, a derrubada do neoliberalismo (50%); e em terceiro, a qualificação para uma participação competente nos fóruns deliberativos e de negociação (33%).

PAPEL DA FORMAÇÃO SINDICAL

Em relação ao papel formativo, foram apresentadas as seguintes opções: a) A realização de cursos de qualificação profissional é, hoje, a maneira adequada do sindicato atender às necessidades da base; b) O principal objetivo do sindicato é o desenvolvimento da consciência de classe do trabalhador; c) Ao oferecer cursos de qualificação profissional, o sindicato entra no jogo do sistema, uma vez que estes não resolvem sequer o problema do desemprego; d) A formação da consciência de classe hoje é uma questão ultrapassada, portanto não faz sentido se ocupar com ela; e) A qualificação profissional e formação da cidadania devem ser os eixos centrais do programa de formação sindical; f) O programa de formação sindical deve tomar como eixo central a análise



Jesus Carlos

marxista da história e da sociedade.

A pesquisa revelou que 186 delegados consideraram como principal objetivo o desenvolvimento da consciência de classe. Em sintonia com tal posição, 40% (98) afirmaram que o programa de formação sindical deve tomar como eixo central a análise marxista da história; e 17% (43) afirmaram que ao oferecer cursos de qualificação profissional, o sindicato está entrando no jogo do sistema.

Por outro lado, 38% dos delegados (95), um contingente elevado, indicaram que o principal papel formativo do sindicato deve ser a realização de cursos de qualificação profissional sob o pressuposto de atender as necessidades da categoria; 32% (81) elegeram a qualificação profissional e a formação da cidadania como os eixos centrais da formação sindical. De todo modo, apenas 3% (7) aderiram à alternativa que postula ser, hoje, a formação da consciência de classe uma questão ultrapassada.

O discurso ideológico é favorável à diluição da centralidade do trabalho e da existência da luta de classes

CONFUSÃO IDEOLÓGICA

Ainda que não seja possível neste curto espaço esgotar a complexidade das posições elencadas pelos entrevistados, a pesquisa permite ressaltar alguns traços peculiares do perfil da liderança cutista no Ceará. Os resultados indicam, por exemplo, que a liderança rural se encontra mais aprisionada aos atuais imperativos político-ideológicos emanados do núcleo dominante da CUT.

Estes imperativos são efetivados no Estado pela federação dos trabalhadores rurais (Fetraece), através do programa de formação para o desenvolvimento local sustentável (PDLS) e da preparação para a participação nos fóruns de negociação – diga-se de passagem, de duvidosos efeitos sobre o avanço das políticas públicas e o melhoramento das condições de existência dos trabalhadores.

Ademais, a pesquisa não deixa dúvidas quanto à ênfase atribuída pela liderança cutista à qualificação profissional vinculada à noção de cidadania. Esta está em consonância, mais uma vez, com um modelo de formação instrumentalista, marcado pelo progressivo abandono das concepções marxistas e pela aversão à idéia de ruptura com a sociedade do capital.

Por outro lado, observa-se que, não obstante a vigência do discurso ideológico favorável à diluição da centralidade do trabalho e das classes sociais na sociabilidade contemporânea, a liderança cutista do Ceará, em larga medida, não parece disposta a abrir mão do projeto socialista como horizonte da luta sindical cotidiana. Ela defende a formação voltada ao desenvolvimento da consciência de classe, articulada à análise da prática social atravessada pela crítica marxista.

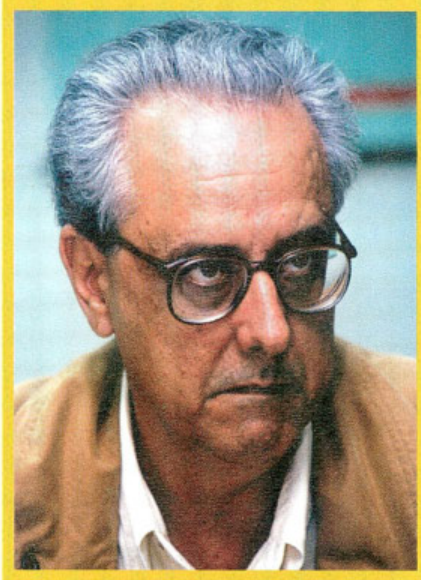
Desse ponto de vista, a pesquisa explicitaria a flagrante confusão de referenciais sobre as profundas distinções entre as propostas calcadas na luta pelo socialismo e as ancoradas na noção da cidadania. Esta confusão é fruto da mistura eclética de paradigmas que parece imperar no campo da formação cutista, pelo menos em alguns setores ou tendências que interagem nesse espaço, contrapondo-se, em maior ou menor grau, às orientações oficializadas pelo núcleo dominante da central.

Ao mesmo tempo, é plausível identificar, a julgar pelos elementos fundamentais que configuram o perfil político-ideológico da liderança cutista, a necessidade premente de uma política de ação e formação sindical perspectivada numa clara opção teórico-política de combate à ordem vigente, mormente diante do drástico agravamento das condições de vida imposto pelo capital em crise.

Susana Vasconcelos Jimenez é pós-doutora em educação, professora da UECE e diretora do IMO. Raquel Dias Araújo é doutoranda em educação pela UFC e pesquisadora do IMO

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

Três fortes remédios para a ação sindical



Mobilização, união e qualificação para enfrentar defeitos do sindicalismo

Quando se faz um diagnóstico deve-se indicar a cura. No último artigo que escrevi para *Debate Sindical*, preocupado com o desbalanceamento do sindicalismo entre movimento e instituição, principalmente no ano eleitoral em que vivemos, apontei três "doenças" que agravam esta situação.

Para lembrar: 1) a recusa à mobilização e à luta unitária como primeira alternativa de ação sindical; 2) a deterioração "lenta, gradual e segura" da condição do dirigente sindical; e 3) a falta de estratégia na condução das lutas e das entidades sindicais.

Conforme indiquei na ocasião, estas "doenças" geram graves problemas na atualidade. "O movimento – com raras exceções – vai mal e institucionalmente mal conseguimos enfrentar os ataques dos adversários". Isto se torna ainda mais preocupante num ano de eleições que definem o futuro do país.

VIRTUDES DA MOBILIZAÇÃO

Para enfrentar a primeira "doença" e recuperar a crença nas virtudes da mobilização (apesar das dificuldades evidentes) recomendo a *representação*. "Que razões há para se elegerem não só os bons, senão os melhores; e ainda dos melhores os que forem ou o que for melhor? A razão é porque o que elege, não só é obrigado a procurar o bem público senão o maior bem. Por isso não deve eleger nem o mau, nem o bom, senão o melhor".

O reforço da representação exige a mobilização e a valoriza. Como posso representar, eu que fui eleito para isto, se não sei o que represento? E como sabê-lo sem mobilizar, ou seja, sem materializar a base da própria representação?

URGÊNCIA DA QUALIFICAÇÃO

Quanto à deterioração da condição do dirigente, recomendo a *qualificação* e esta não é uma recomendação vazia. "A estátua de mármore custa muito a fazer pela dureza e resistência da matéria; mas, depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham mais a mão, sempre conserva e sustenta a mesma figura; a estátua de murta é mais fácil de formar pela facilidade com que se dobram os ramos; mas é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela, para que se conserve. Se deixa o jardineiro de lhe assistir... o que pouco antes era homem já é uma confusão verde de murtas".

A qualificação é necessária, sua necessidade é permanente e vinculada à representação.

UNIÃO COM ESTRATÉGIA

O terceiro elemento negativo é a falta de estratégia. O antídoto é a *união*. Toda vez que, confrontados com um problema e buscando uma solução para ele, acrescentamos a união da categoria ou do movimento como "imperativa", somos obrigados a agir com estratégia e, portanto, a pensar estrategicamente. Para o movimento sindical dos trabalhadores, a união é outro nome para a estratégia.

"Toda a vida (ainda das coisas que não tem vida) não é mais que uma união. Uma união de pedras é edifício; uma união de tábuas é navio; uma união de homens é exército. E sem esta união tudo perde o nome, e mais o ser. O edifício sem união é ruína; o navio sem união é naufrágio; o exército sem união é despojo".

Busquei no padre Antônio Vieira, um clássico, o auxílio para recomendar os três fortes remédios da representação, da qualificação e da união.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo

Agressividade imperialista e resistência dos povos

Desde os atentados nos EUA, predominam no mundo a crise, a insegurança e a instabilidade, ameaçando a paz, a democracia e a independência dos povos

Jesus Carlos/Colômbia

JOSÉ REINALDO DE CARVALHO

Sob o pretexto de combater o terrorismo, o imperialismo norte-americano move uma ofensiva sem precedentes cujo escopo é afirmar um superpoder imperial tirânico em escala mundial, baseado no uso da força bruta e na superioridade militar e nuclear. Tal tendência já se encontrava em curso antes do 11 de setembro e mesmo antes da posse do atual presidente dos EUA. Mas, inequivocamente, o mundo mudou depois dos atentados. E mudou para pior, com a acentuação dos traços mais agressivos do imperialismo.

A guerra no Afeganistão foi um sinal eloqüente disso. O desenrolar dos acontecimentos se encarregou de mostrar que aquela desproporcional ação, em que a mais colossal máquina de guerra arremeteu contra um dos mais pobres países do mundo, tinha objetivos mais amplos do que a captura de Osama Bin Laden e a derrubada do regime talibã. Ali estavam envolvidos interesses econômicos e geopolíticos do imperialismo relacionados com o controle de recursos energéticos e de uma região de importância estratégica, a Ásia Central e o Sul da Ásia, onde se entrecruzam diferentes interesses do Irã, da Índia, da Rússia e da China.

Depois da ocupação do Afeganistão, os EUA revelaram a verdadeira natureza de seus planos, tornando tenso o quadro político. A superpotência proclamou que encetará uma guerra prolongada e dura, diferente de qualquer outra, que implicará no uso de toda arma necessária. Essa guerra tem alvos muito amplos. Na seqüência dos atentados, o governo norte-americano chegou a mencionar mais de 50 países que seriam "terroristas ou coniventes com o terrorismo", portanto passíveis de serem atacados. Os seus órgãos de espionagem indexaram dezenas de organizações como terroristas, entre elas movimentos revolucionários.

Veio depois a noção de "estados bandidos" e o denominado "eixo do mal", no qual estão inquinados Irã, Iraque, Síria e dois países socialistas – a Coréia do Norte e Cuba. Ultimamente, o Conselho de Segurança da Casa Branca anunciou o detalhamento de nova doutrina militar que incorporará o princípio da ação "preventiva" contra grupos suspeitos de planejar ações terroristas e/ou países que lhes dêem guarida ou apoio de qualquer tipo. O presidente George Bush chegou a defender a tese de que os EUA

golpearão primeiro e farão perguntas depois, sempre que suspeitarem sobre preparativos de atos hostis.

TOTALITARISMO GLOBAL

Nota-se que cada vez mais os EUA atuam com a noção de substituir a dissuasão, característica da guerra-fria, pela ação unilateral com o uso direto da força. Nunca como agora os círculos dominantes dos EUA traçaram um sinal de igualdade entre "segurança nacional" e intervencionismo e uso do poderio militar direto contra outros países. Esses círculos estão convencidos de que um novo momento imperial chegou e estão dispostos a tudo para exercê-lo. Paira sobre o mundo a ameaça de um estado de totalitarismo global.

Esse cenário ameaçador agrava-se com o forte impulso recobrado pela direita em considerável número de países da Europa. Um influxo conservador se apodera do velho continente, que vive uma fase de retrocesso político, com a ocupação do poder por forças reacionárias e direitistas.

Apesar destas regressões, é falso pensar que a nova ordem mundial está definitivamente configurada. Atuam no mundo tendências e forças no sentido da criação de variados pólos de poder regional ou internacional que objetivamente contrariam a orientação dos EUA. A maior parte dessas tendências não se volta contra o sistema capitalista, uma vez que se manifestam entre nações ou blocos imperialistas, mas não se pode deixar de levá-las em conta na análise do quadro mundial.

É no agravamento dos conflitos, que põem em risco a paz mundial, que mais se observam os reflexos da ordem mundial hegemonizada pelos EUA. Nada mais paradigmático do que a situação na Palestina, onde Israel sente-se à vontade para cometer toda sorte de crimes contra um povo. Em nome do combate ao terrorismo de indivíduos ou grupos legitimam-se os atos de terrorismo de Estado e o genocídio.

O atual quadro na América Latina é também emblemático dessa nova ordem. Aqui são particularmente duras as conseqüências da ofensiva norte-americana. A política estadunidense para a região mantém suas características conservadoras e reacionárias. O governo dos EUA, manietando governos títeres da região, fez aprovar resolução contrária a Cuba na ONU. Reeditando os piores momentos de um passado que os povos acreditavam superado, a CIA arquitetou golpe de Estado contra o legítimo governo da Venezuela.

O intervencionismo político vem acompanhado de ações no campo militar. O Plano Colômbia adquire agora nova feição e conteúdo com a eleição de um presidente que defende posições extremadas para a solução do conflito que dura quatro décadas. Nesse cenário, os EUA reforçam suas posições não só na Colômbia, onde têm bases e especialistas militares, mas também no Equador, Peru, Suriname e Panamá. O alvo é o movimento revolucionário e a ocupação de posições estratégicas na região amazônica.

Simultaneamente ao reforço de sua presença política e militar, os EUA intensificam as pressões para a implantação da Alca. Ela é, em essência, um projeto estratégico do imperialismo visando aumentar o seu domínio no continente, no quadro de uma competição econômica e comercial com a Europa. É o mais ambicioso e abrangente plano de "Pan-americanismo" e integração subordinada jamais concebido pelos EUA desde sua ascensão como país imperialista. É um projeto de avassalamento, de dominação neocolonialista, em que os países que nele se incorporarem transformar-se-ão em apêndices dos EUA.

LUTA PELA ALTERNATIVA

As lancinantes contradições do mundo contemporâneo engendradas pela ordem mundial imperialista e pela globalização neoliberal geram imenso descontentamento e inevitavelmente despertarão a revolta, o protesto e as lutas dos povos e massas trabalhadoras. Muito embora vivamos ainda uma correlação de forças desfavorável, o que determina um diferenciado e prolongado processo de acumulação de forças do movimento revolucionário, o momento atual é marcado pelo surgimento de lutas, espontâneas ou não, por direitos sociais, democracia, desenvolvimento, paz e soberania.

Historicamente, o capitalismo em sua fase de globalização imperialista é incapaz de solucionar os graves problemas da humanidade. Somente o socialismo, renovado e revigorado com o aprendizado obtido com a experiência vivida, é capaz de promover o advento de uma ordem mundial justa. Há países soberanos que resistem, há países socialistas que se desenvolvem, há forças populares, socialistas, revolucionárias e comunistas em movimento. Os povos do mundo não suportarão por muito tempo a barbárie capitalista.

José Reinaldo Carvalho é jornalista, vice-presidente e responsável pelas relações internacionais do PCdoB

América Latina: razões da

Jesus Carlos/México

A revolta popular que se alastra no continente está ligada às questões estruturais da nossa dependência, à centralidade da questão nacional e da luta antiimperialista

SÉRGIO BARROSO

Resguardando-se as singularidades nacionais, Brasil, México e Argentina – países que alcançaram maior estágio na industrialização latino-americana na passagem do século XIX para o XX – constituíram também um tipo particular de capitalismo. De fato, uma larga fase de expansão exportadora capitalista, sem a estruturação das forças específicas deste modo de produção (o departamento produtor de máquinas e equipamentos, e instalações, ou o DI de Marx), emerge mesmo com a irrupção do assalariamento - ao que João Manuel Cardoso de Mello denominou de "capitalismo tardio".

Os traços fundantes das economias e sociedades exportadoras de produtos primários modificam-se somente no terremoto da Grande Depressão no capitalismo central, que abala o continente entre 1929-1937. Apesar da profundidade depressiva, com grande fuga de capitais internacionais, há a imobilização no comércio e finanças internacionais, e a América Latina supera uma fase industrial baseada em têxteis, calçados e vestuário. Problema bastante atual, excetuando-se a Bolívia e o Paraguai, os outros países sul-americanos e o México desvalorizam fortemente o câmbio, suspendem os pagamentos dos serviços das dívidas, controlam drasticamente o câmbio e elevam as tarifas de importação.

Por sua vez, a industrialização por substituição de importações tem como principal motivo a limitação da capacidade para importar: máquinas e equipamentos estrangeiros são pagos em dólares com o valor das exportações de produtos primários; ocorre "escassez de divisas", geralmente com os crônicos desequilíbrios da balança de pagamentos, crises e desvalorizações cambiais.

Como bem nota Wilson Cano, de 1930/50, líderes industrialistas e nacionalistas (Perón na Argentina, Paz Estenssoro na Bolívia, Vargas no Brasil, Ibañez no Chile, Cárdenas no México, Alvarado no Peru e Caldera na Venezuela) enfrentaram as "pressões externas e internas". Nesse curso, o Estado passa a cumprir papel decisivo para suprir as debilidades do capital nacional e o "desinteresse" do capital estrangeiro; fabrica-se petróleo, aço, produtos químicos básicos, infra-estrutura, bancos, transportes, energia e

rebelião contra a ordem

telecomunicações. Não só: a luta pela industrialização assume caráter progressista.

O trânsito de uma região concentradamente rural para a constituição de sociedades preponderantemente urbanas faz com que a população nas cidades salte de 40,9% para 63,9% (1940/78). E o que é marcante: a produção industrial latino-americana, no período de 1950/77, ultrapassara, efetivamente, aquelas da Europa e EUA. Há uma lenta diminuição da pobreza – antes massivamente rural –, não obstante a concentração de renda, os arremedos de democracias constantemente interrompidos por golpes e ditaduras, bem como por políticas sociais residuais. Porém, ocorre um processo de industrialização desigual ou "truncado", na denominação de Fernando Fajnzylber.

Taxa média anual de crescimento da produção industrial (1950-77)

EUA e Canadá	3,6
Europa Ocidental	5,2
América Latina	6,7
Japão	12,7

Fonte: CEPAL, 1979

A DESTRUIÇÃO NEOLIBERAL

A crise capitalista dos anos 70, as bruscas alterações na política monetária norte-americana e a recessão mundial (1980/82) novamente abalaram a América Latina. Daí porque em quase todos os países da região, os anos 80 foram reconhecidos como os da "década perdida", consumando-se o chamado

Grandes conflitos serão agravados com a tentativa dos EUA de impor a Alca para anexar o nosso continente

"ajuste exportador" para o pagamento dos juros e serviços de brutais dívidas externas, contraídas principalmente nos anos 70. Aparece com força o desemprego industrial e inicia-se a desestruturação do trabalho. Em 1989, quando surge o Mercosul, o "Consenso de Washington" espalha-se como receituário neoliberal sistemático na região, sendo o momento crucial de abandono de projetos nacionais de desenvolvimento, pela vassalagem dominante, subordinando as nações à "chuva de capitais especulativos".

Segundo análise do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, com maior ou menor intensidade, os anos 90 resultaram para todos os países da região (exceto Cuba) em: (a) aumento pouco significativo da capacidade instalada, pois o capital estrangeiro se dirigiu em grande parte à aquisição de empresas existentes, em especial estatais; (b) acentuada desnacionalização da economia, em especial nos setores de infra-estrutura que foram privatizados; (c) expansão do desemprego, do subemprego e da marginalização; (d) pequena expansão em valor das exportações e grande expansão das importações, com déficits significativos; (e) dolarização progressiva, ostensiva ou disfarçada, da economia; (f) lento crescimento econômico e até estagnação e recessão; (g) desarticulação das agências do Estado; (h) evasão crescente de divisas e de cérebros; (i) incremento do narcotráfico, do crime organizado e tráfico de armas; (j) eclosão de rebeliões indígenas, agravamento de conflitos sociais e animosidade racial; (k) proliferação da corrupção em altos escalões do governo e setores empresariais.

Entretanto, o desemprego na América Latina tem como principal causa a redução do crescimento econômico, e não problemas de tecnologia ou da "racionalização". Assim, tendo o PIB *per capita* médio estagnado em 1,7%, entre 1990/98, em toda a década de 90 o crescimento econômico médio foi inferior a 3%. Em termos de "exclusão social", evidenciava-se em 2001 a existência de 44 % da população em estado de pobreza e 18% em situação de indigência. Os diferentes tipos de "informalidade" resultam da geração de 80 em cada novos 100 postos de trabalho que são caracterizados pela precarização, desproteção social e com níveis de salários reais de maneira geral considerados inferiores aos de 1980!

No "Panorama trabalhista-2002, evolução do primeiro trimestre", a OIT indica que o PIB da América Latina reduziu-se 3,6% no período, em comparação com o primeiro trimestre de 2001. A taxa regional de desemprego aumentou para

Jesus Carlos/Costa Rica

9,4%, contra 8,1% no mesmo período do ano passado. Argentina, Colômbia, Uruguai e Equador seriam mais afetados pelo desemprego. O documento registra que o atual índice de desemprego é o mais alto dos últimos 30 anos e pode chegar a 10% até o fim do ano.

DESINTEGRAÇÃO E REVOLTA

Acelera-se assim a desintegração: a taxa de homicídios na região cresceu em quase 100% na década de 90, em relação aos anos 70 e 80, segundo o insuspeito Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para o BID, isto ocorreu como "uma conseqüência direta da piora socioeconômica, do aumento da pobreza e da concentração de renda". Finalmente, neste ano, a economia latino-americana pode ter crescimento nulo ou negativo, segundo informe divulgado pela CEPAL/ONU que previu um PIB abaixo de 0,5%.

O desemprego na região tem como principal causa a redução do crescimento econômico; não decorre das inovações tecnológicas

A rebelião popular que se alastra pela América Latina está estreitamente ligada às questões estruturais da nossa dependência, à centralidade da questão nacional e da luta antiimperialista. Uma insurreição popular (com apoio de setores militares) tomou por duas horas o poder no Equador (crise de 1999/2000), seguindo-se protestos até hoje. Uma situação revolucionária, objetiva, abala a Argentina (entre 19/20 de dezembro de 2001 e início de janeiro de 2002), e a crise profunda continua. Foi vitorioso o contra-golpe popular-revolucionário do Movimento Bolivariano, na Venezuela do presidente Chávez, país que emblematicamente continua sob ameaça golpista. Na Colômbia, há completa imprevisibilidade face ao novo governo e sua luta contra as FARC-EP. Nos últimos três meses, no Paraguai e no Uruguai, ondas grevistas e grandes protestos de massas enfrentam o vergonhoso entreguismo dos governos neoliberais.

Como sabemos, em todos esses processos, contra os povos e os trabalhadores desses países, encontra-se a política imperialista dos EUA em sua fúria para aprofundar a dominação e exploração. Grandes conflitos que se agravarão na tentativa norte-americana de imposição da Alca em nosso continente.

Aloísio Sérgio Barroso é médico, mestrando em economia social do trabalho pela Unicamp/SP e integrante do conselho de redação do *Debate Sindical*

Jesus Carlos

Argentina: crise e mobilização popular

Um dado novo da realidade argentina é a extenção da organização popular e da resistência, mas estas ainda padecem da fragmentação

JULIO GAMBINA

A Argentina completou em agosto quatro anos de recessão econômica e suas consequências se fazem sentir de forma diferenciada. A título de exemplo, vale destacar que a empresa de petróleo Repsol teve lucros globais de US$ 1,3 bilhão no primeiro semestre de 2002. Estima-se que dois terços desses lucros foram gerados pela apropriação da renda da petroleira argentina. Mal ela não vai!

Em contrapartida, o índice de desemprego em maio passado registrou mais de 3 milhões de trabalhadores desocupados – 21,5% da PEA. A estes se somam 18% de subempregados, perfazendo 40% da PEA, quase seis milhões de trabalhadores com problemas de emprego. Ademais, as estatísticas oficiais reconhecem que 50% da população se encontra abaixo da linha de pobreza.

O contraste entre ganhadores e perdedores expressa o sistema capitalista deste começo de século. Uma sociedade baseada na exploração e genocídio, em que o capital quer manter sua taxa de lucro a qualquer custo. Nestes quatro anos de recessão, as classes dominantes argentinas tentaram

A esquerda conseguiu uma visibilidade nunca vista no país, seu problema é a

renovar o seu ciclo de negócios para manter seus lucros, riqueza e poder – e, se possível, para obter o consenso. As dificuldades as levam ao caminho da repressão que, há poucos dias, cobrou a vida de jovens piqueteiros. Elas seguem seu caminho articuladas com as classes dominantes em escala global: o FMI e o governo dos EUA.

No trajeto da crise ensaiaram mudanças políticas na administração do Estado, mas mantendo no essencial o mesmo regime. A mobilização popular emergiu como novo dado da realidade e fez explícita a luta de classes derrubando o governo de De la Rúa em dezembro de 2001. Desde então se generalizou uma crise de governabilidade que não lhes permite estabilizar uma política de relançamento de seus negócios pelo regime de convertibilidade. A desvalorização da moeda levou à retomada da inflação e ao descontrole do câmbio sem reativar o mercado interno nem as exportações. E isto no marco da crise financeira que se manifesta na perda recorrente de depósitos do sistema bancário e na queda da reserva monetária mundial.

Jesus Carlos

Claro que a Argentina não está só. Embora o FMI e os EUA tentem ilhar a crise, a realidade crítica se impôs no Brasil e Uruguai. Recessão, desemprego e miséria são comuns na região. A crise demonstra que o limite para avançar na integração regional é político e vincula-se à hegemonia neoliberal do capitalismo em nossos países.

ELEIÇÕES E MAPA POLÍTICO

O governo de transição (2002/2003) antecipou sua retirada com a convocação das eleições presidenciais para março de 2003. Embora distante da exigência de "que se vayan todos", sustentada nas assembléias de bairro, no movimento piqueteiro (desempregados), nos sindicatos combativos e de esquerda, essa medida reflete a atual instabilidade. As classes dominantes não podem disciplinar a sociedade mobilizada. O mapa político se modificou substancialmente e os partidos tradicionais não conseguem se reciclar.

O Partido Justicialista vive uma disputa com vários protagonistas. Um deles é Menem, investigado por uma conta secreta na Suiça e oportunamente encarcerado pela venda ilegal de armas. Sua proposta é a dolarização e subordinação à Alca. Os outros candidatos do partido do governo não se firmam como opção e mantem-se a expectativa da candidatura do ex-piloto da Fórmula 1, Carlos Reutemann, preferido de Washington. Já a UCR, depois da queda de De la Rúa, não consegue levantar a cabeça. Outras forças da direita tentam se reagrugar em torno de Ricardo López Murphy, ex-ministro da economia de De la Rúa, que durou apenas 15 dias no cargo e foi exonerado após um massivo protesto popular.

As expectativas oposicionistas se concentram na centro-esquerda e na esquerda, mas sem uma proposta de articulação entre elas. No primerio caso se encontra um conglomerado de personalidades dissidentes dos grupos tradicionais que se conforma num novo partido em aliança com os socialistas. Ele tem presença legislativa e governa a cidade de Buenos Aires. Sua referência, Elisa Carrió, lidera as pesquisas eleitorais.

A esquerda conseguiu uma visibilidade nunca obtida no país. Seu principal problema é a divisão. Há nela ao menos três tendências com chances eleitorais. Com maior adesão na zona metropolitana está o grupo Autodeterminação e Liberdade, com escassa organização e cuja referência é Luis Zamora. Com presença em todo o país, forte tradição organizativa e vínculos com o movimento popular está a

divisão; há nela três forças com chances eleitorais

Esquerda Unida (comunistas, trotskistas e independentes). Depois surge o Partido Obrero em aliança com outros grupos trotskistas. É relevante o peso adquirido pela esquerda. Na eventualidade de se unir, poderia obter mais do que um bem nutrido bloqueo legislativo, projetando-se nos executivos locais e provinciais.

Na base do novo mapa político está a dinâmica social da resistência. Contam-se aos milhares as novas organizações populares formadas nos últimos tempos. As de caráter territorial são as mais dinâmicas, diversificando o panorama dos "piqueteiros" e das assembléias de bairros. Elas procuram resolver os problemas do cotidiano e contruir uma proposta política alternativa junto aos variados movimentos sociais e políticos. A Central dos Trabalhadores da Argentina enfrenta o desafio de se constituir numa organização articuladora das demandas sociais. Em 29 de maio, realizou uma greve geral que aglutinou o conjunto da resistência e potencializou a unidade na luta. É um dado da realidade a extenção da organização popular e da resistência, mas também o é a sua fragmentação.

Jesus Carlos

CAMINHOS ALTERNATIVOS

O quantitativo da oposição política e social necessita a projeção qualitativa de uma articulação que a torne alternativa. Várias são as propostas de política econômica alternativa. Entre elas se destaca a da Frente Nacional contra a Pobreza, por Trabalho e Produção. Ela passou por plebiscito que coletou 3 milhões de adesões. Outra proposta é o Plano Fênix, formulado por professores da Universidade de Buenos Aires, que sustenta a necessidade de privilegiar o mercado interno contra o modelo de inserção subordinado do *establishment* local. De recente aparição são as Propostas Socialistas dos Economistas de Esquerda, onde se diferenciam medidas de emergência e soluções de fundo socialista. Aqui se endurecem as posições contra o FMI e a hegemonia capitalista transnacional. Apesar das nuances e inclusive das diferenças profundas, essas e outras propostas apresentam um caminho possível com sólida fundamentação.

O problema não está na quantidade de sujeitos da resistência nem na viabilidade das propostas. Ele está na constituição de um projeto político que enfrente a crise com uma lógica anticapitalista, de construção do poder popular e socialista. O capitalismo desta época não deixa espaço para projetos de meio termo, de um neokeynesianismo ou reformismo estatista. Esta é uma tarefa a ser potencializada integradamente e requer uma articulação regional e uma projeção mundial, caminho que transitamos na resistência global.

Julio C. Gambina é sociólogo, diretor do Centro de Estudos do Judiciário e do Instituto de Estudos da Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA). Correio eletrônico: jgambina@rcc.com.ar

Jesus Carlos/México

VIOLÊNCIA NO PARAGUAI

Em 12 de agosto, milhares de paraguaios exigiram, em Assunção, a renúncia do presidente Luiz Gonzáles Macchi. Três semanas antes, uma onda de manifestações em Ciudad del Leste foi violentamente reprimida. A revolta popular foi resultado da destruição da economia e a descoberta de um forte esquema de corrupção que envolve o governo.

VITÓRIA NO PERU

A força das manifestações populares da região sul do Peru obrigou o governo de Alejandro Toledo a suspender a privatização de empresas elétricas. O prefeito da segunda cidade peruana, Arequipa, Juan Manuel Guillén, principal líder da rebelião popular, qualificou como "um vitória da democracia e do povo peruano" o recuo do governo.

PRISÕES NO MÉXICO

Doze trabalhadores rurais mexicanos foram detidos por participarem de um protesto contra a construção de um aeroporto nos arredores da Cidade do México, o que implicaria na expropriação de suas terras. O conflito se acirrou e o governo foi obrigado a libertar os presos. A construção do aeroporto foi suspensa.

CHOQUES NO URUGUAI

O Uruguai parou em 7 de agosto para protestar contra a política econômica do presidente Batle. Em 1º de agosto, os uruguaios já haviam parado por 4 horas e houve saques e confrontos com a polícia em Montevidéu.

GREVE NO EQUADOR

A província de Carchi, no norte do Equador, realizou greve geral reivindicando obras públicas e destinação de recursos ao saneamento. A decisão foi adotada em assembléia das principais organizações sociais, mais as autoridades locais encabeçadas pelo prefeito de Tulcán, capital, e o governador provincial.

REPÚDIO AOS EUA

Sindicatos da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA), da Corrente Classista e Combatica (CCC) e os "piqueteiros" reuniram cinco mil pessoas numa passeata em agosto de repúdio à presença do secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill. Uma representante das Mães da Praça de Mayo, Nora Cortiñas, leu um duro documento de oposição às políticas dos EUA para a América Latina.

INGLATERRA

Quase a totalidade dos funcionários públicos britânicos participou em 17 de julho da greve reivindicando melhores salários. Condutores de metrôs também iniciaram, no mesmo dia, greve de 24 horas para pedir maior segurança em seu trabalho. O prefeito de Londres, Ken Livingstone, que luta contra a tentativa de Tony Blair de privatizar o metrô, apoiou a greve.

TORONTO

Uma greve dos funcionários municipais de Toronto, com 22 mil participantes, foi considerada como a maior da história do Canadá. Os trabalhadores protestaram contra a tentativa da prefeitura de suprimir a estabilidade para entregar os serviços municipais às empresas privadas.

PROTESTO EM PARIS

Os trabalhadores da segurança dos dois maiores aeroportos da França realizaram greve em 4 de julho. A mobilização foi o prosseguimento da campanha que no mês de junho paralisou o tráfego aéreo na Europa para protestar contra o projeto da União Européia de privatizar o setor.

EMPREGO NA ALEMANHA

O ministério do Trabalho alemão informou que o desemprego em julho atingiu 4,047 milhões de pessoas. A informação ameaça as promessas do chanceler Gerard Schroeder de reduzir o número de desempregados na Alemanha para 3,5 milhões até setembro.

O povo comemora a rendição incondicional da Alemanha na Praça da Sé, São Pauio, 8 de maio de 1945

Ação sindical dos comunistas na turbulenta fase de 1945/62

No terceiro artigo da série em homenagem aos 80 anos de vida do PCdoB, o autor analisa uma fase agitada da história, com recordes de greves, intervenções e cisões no movimento comunista

AUGUSTO BUONICORE

Em abril de 1945, um encontro com a presença de 300 sindicalistas, representando 13 Estados, decidiu pela criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores. Logo após, eclodiu uma série de greves e o MUT se colocou como intermediário entre os trabalhadores e os patrões. No entanto, por pressão da linha partidária, a direção comunista assumiu posições ambíguas em relação à luta dos trabalhadores.

Naquele momento, o Partido Comunista do Brasil (PCB) adotava uma política de contenção das greves, considerando-as uma ameaça à "união nacional". Luis Carlos Prestes assim se expressou sobre a onda grevista no país: "Nosso partido deve dirigir e não se deixar levar pelo movimento espontâneo das grandes massas... Se nos deixarmos levar pela tendência espontânea das massas, cujo descontentamento natural,

Em março de 1953, os comunistas dirigiram uma das maiores greves da história

■ Parlamentares comunistas protestam contra a cassação dos mandatos

em virtude da crise econômica e depois de tantos anos de reação, foi, e é, habilmente explorado pelo fascismo e sua quinta-coluna, serviríamos inconscientemente a estes e cometeríamos o maior de todos os crimes contra o nosso povo".

Com este espírito, a direção do MUT lançou um manifesto no qual afirmava: "A desordem, as greves e as perturbações só favorecem aos fascistas inimigos declarados do proletariado e do povo". Apesar do esforço conciliador efetuado pelo MUT, a repressão sempre o teve como alvo privilegiado. Apenas no início de 1946, o PCB começou a alterar sua posição. O dirigente Pedro Pomar criticou duramente a ação dos comunistas, que "não compreenderam que ordem e tranqüilidade não querem dizer que deixemos de agir com energia pelo aumento de salários e por todas as reivindicações imediatas da classe operária".

Em setembro de 1946, realizou-se o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, com a participação de 2.400 delegados, e no qual os comunistas tiveram destacada atuação. Os ministerialistas, em minoria, abandonaram o congresso, que aprovou a formação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Esta não foi reconhecida pelo governo e pelos sindicalistas vinculados ao Ministério do Trabalho.

REFLEXOS DA GUERRA FRIA

Um novo fator influenciou profundamente a política sindical comunista – o início da guerra fria. Isto fez acirrar ainda mais a repressão contra o movimento operário. Em maio de 1947, o presidente Eurico Dutra decretou o fechamento da CTB e interveio em 143 sindicatos sob direção trabalhista e comunista. O PCB, na ilegalidade desde 1947, diante da impossibilidade de agir nos sindicatos oficiais, passou a concentrar sua ação dentro das fábricas, constituindo comissões e fundando associações profissionais.

O *Manifesto de Janeiro de 1948*, que seria o principal guia para ação dos comunistas até 1950, afirmava que a luta pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores deveria ser organizada "dentro" das entidades sindicais já existentes ou, onde fosse impossível, dentro das novas organizações profissionais criadas nos próprios locais de trabalho. A partir de janeiro de 1948, o PCB passa a realizar uma campanha contra o imposto sindical. Para o partido, o peleguismo não sobreviveria sem as taxas compulsórias. Seu fim levaria, necessariamente, os pelegos a ampliar o quadro de associados e a atender minimamente os interesses dos trabalhadores. Assim, abrir-se-ia espaço para que de novo os sindicatos pudessem atrair trabalhadores, facilitando a ação dos sindicalistas mais combativos. O deputado comunista Pedro Pomar chegou a apresentar um projeto extinguindo o imposto sindical, mas este acabou sendo engavetado.

Em 1947, o general Dutra decretou o fechamento da CTB e interveio em 143 sindicatos sob a direção comunista

NOVO GOVERNO VARGAS

Em 1951, Getúlio Vargas voltou ao poder e tentou nova aproximação com os trabalhadores. No discurso deste 1º de Maio, exprimiu seu projeto de incorporação da classe operária aos sindicatos oficiais e destes à política do governo. Afirmou: "Preciso de vós, trabalhadores do Brasil... preciso de vossa união; preciso que vos organizeis solidamente em sindicatos; preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo, para que este possa dispor de toda força de que necessita para resolver os vossos próprios problemas". A CTB respondeu ao apelo e conclamou os trabalhadores a ingressarem "em massa" nos sindicatos e a criarem os conselhos sindicais nos locais de trabalho.

Durante sua campanha, Vargas criticou as intervenções

brasileira, que durou cerca de um mês e envolveu mais de 300 mil trabalhadores

promovidas pelo governo Dutra e prometeu entregar os sindicatos aos trabalhadores, além de extinguir o "atestado de ideologia". No entanto, poucos dias após sua posse, o seu ministro do Trabalho afirmou: "Sou inteiramente contrário ao atestado de ideologia. Apenas não permitirei que nenhum comunista tome parte das direções sindicais". Este atestado somente foi revogado em setembro de 1952. Isto sinalizou uma mudança no sentido da radicalização da política populista e a liberalização dos sindicatos levou os comunistas a alterarem a sua política sindical.

Em julho de 1952, no balanço da sua ação desde 1948, o PCB foi bastante crítico: "Não colocamos de maneira justa o problema da unidade do movimento operário... e quisemos, na prática, criar outro movimento sindical, independente, apoiado nas associações profissionais e nas organizações de empresas, sem que existissem condições para isso... Isto levava, como efetivamente levou, ao abandono do trabalho nos sindicatos, sem que simultaneamente, tivéssemos conseguido maior êxito na criação de associações profissionais capazes de levar, como supúnhamos possível, à organização independente do proletariado".

A partir de então os comunistas procuraram formar chapas unitárias para concorrer às eleições sindicais. O líder comunista João Amazonas afirmou: "Nesta luta não se trata de atacar este ou aquele grupo de operários cujas opiniões divergimos. Isto seria ajudar a divisão almejada pelo ministério. A luta não é entre os trabalhadores, mas dos trabalhadores contra a interferência ministerialista... Torna-se, assim, urgente, organizar chapas unitárias, amplas, capazes de reunir a grande maioria dos sindicalizados". No final de março de 1953, os comunistas de São Paulo dirigiram uma das maiores greves operárias da história brasileira, que durou cerca de um mês, envolveu mais de 300 mil trabalhadores e teve um forte impacto na vida política nacional. Neste processo foi criado o Pacto de Unidade Intersindical.

O deputado Pedro Pomar apresentou um projeto extinguindo o imposto sindical, mas este acabou sendo engavetado

Visando recuperar o espaço perdido, Getúlio Vargas indicou João Goulart para o Ministério do Trabalho. Sua primeira medida foi anunciar 100% de reajuste no salário mínimo, uma reivindicação dos comunistas. Isto lhe custou a perda do cargo e o aumento da oposição conservadora, ligada ao imperialismo norte-americano. O PCB não compreendeu esta inflexão na política de Vargas e continuou fazendo-lhe oposição sistemática. Em agosto de 1954, Vargas foi derrubado e se suicidou. Os comunistas, então, tentaram se colocar à frente das massas revoltadas e dirigir sua fúria contra as organizações pró-americanas. Dando uma guinada na sua política de alianças, buscaram se aproximar dos trabalhistas.

REFORMISMO E CISÃO

No entanto, um acontecimento internacional trouxe sérias implicações à política adotada pelos comunistas brasileiros. Em fevereiro de 1956 realizou-se o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que abriu uma nova fase na ação do PCUS, na qual predominou o reformismo. A partir de então, iniciou-se um luta acirrada entre duas concepções no interior do PCB: a reformista e a revolucionária. Em agosto de 1957, vários dirigentes anti-reformistas, como João Amazonas, foram destituídos da comissão executiva do Comitê Central e no início de 1958 foi aprovada a *Declaração de Março*.

Este documento desarmava o povo ao afirmar que o processo de democratização seria "uma tendência permanente" e por isso mesmo poderia "superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante". A declaração considerava que a burguesia era "uma força revolucionária" e que existiria a "possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução antiimperialista e antifeudal". Graças ao domínio que tinha sobre a máquina partidária, a influência de Prestes

■ Mulheres protestam contra a carestia, Rio de Janeiro, 30/11/1954

PCB adota política de contenção das greves; Prestes diz que "o partido não se deixa levar pela ação espontânea"

e o apoio recebido do PCUS, a corrente reformista obteve a maioria no V Congresso do PCB, realizado em 1960, e excluiu da direção antigos e experientes dirigentes, como João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar.

No mesmo ano, o Pacto de Unidade e Ação, que congregava marítimos, portuários e ferroviários, dirigiu a greve da paridade, exigindo a equiparação salarial com os militares. A greve atingiu cerca de 400 mil trabalhadores. Em agosto de 1961, as forças conservadoras tentaram impedir a posse de João Goulart. O PCB e seus sindicalistas propuseram greve geral. "Que todos os cidadãos, homens e mulheres, organizem imediatamente em cada fábrica, local de trabalho, escola e rua, comitês de resistência democrática. Contra os golpistas... realizemos manifestações e passeatas, tornemos efetiva a greve geral!".

Neste processo foi formado o Comando Geral de Greve (CGG) com dirigentes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

As mobilizações unitárias fortaleceram a aliança entre o PCB e a esquerda trabalhista, o que garantiu a vitória em várias federações e confederações, como a CNTI. Em julho, o CGG convocou nova greve geral contra a indicação do primeiro-ministro Auro de Moura Andrade, considerado "entreguista" e contrário às reformas de base. Fruto da vitória na greve foi decretada, em 12 de julho, a lei que instituiu o 13º salário.

REORGANIZAÇÃO DOS COMUNISTAS

Entre 1961/62, agravou-se a crise no interior do PCB. Em agosto de 1961, a direção do partido registrou um novo programa e estatuto visando a sua legalização. O novo programa era ainda mais atrasado do que a *Declaração de Março*. Já o estatuto alterava o nome do partido, mudando-o para Partido Comunista Brasileiro, e retirava qualquer referência ao internacionalismo proletário e ao marxismo-leninismo.

A corrente revolucionária enviou, então, carta ao Comitê Central assinada por cem comunistas, criticando os desvios de direita e exigindo um novo congresso. Em resposta, a direção do PCB expulsou os principais signatários. Diante do ocorrido, estes resolveram dar o passo decisivo no sentido de romper com os reformistas e, em fevereiro de 1962, realizaram uma Conferência extraordinária para reorganizar o Partido Comunista do Brasil, adotando a sigla PCdoB.

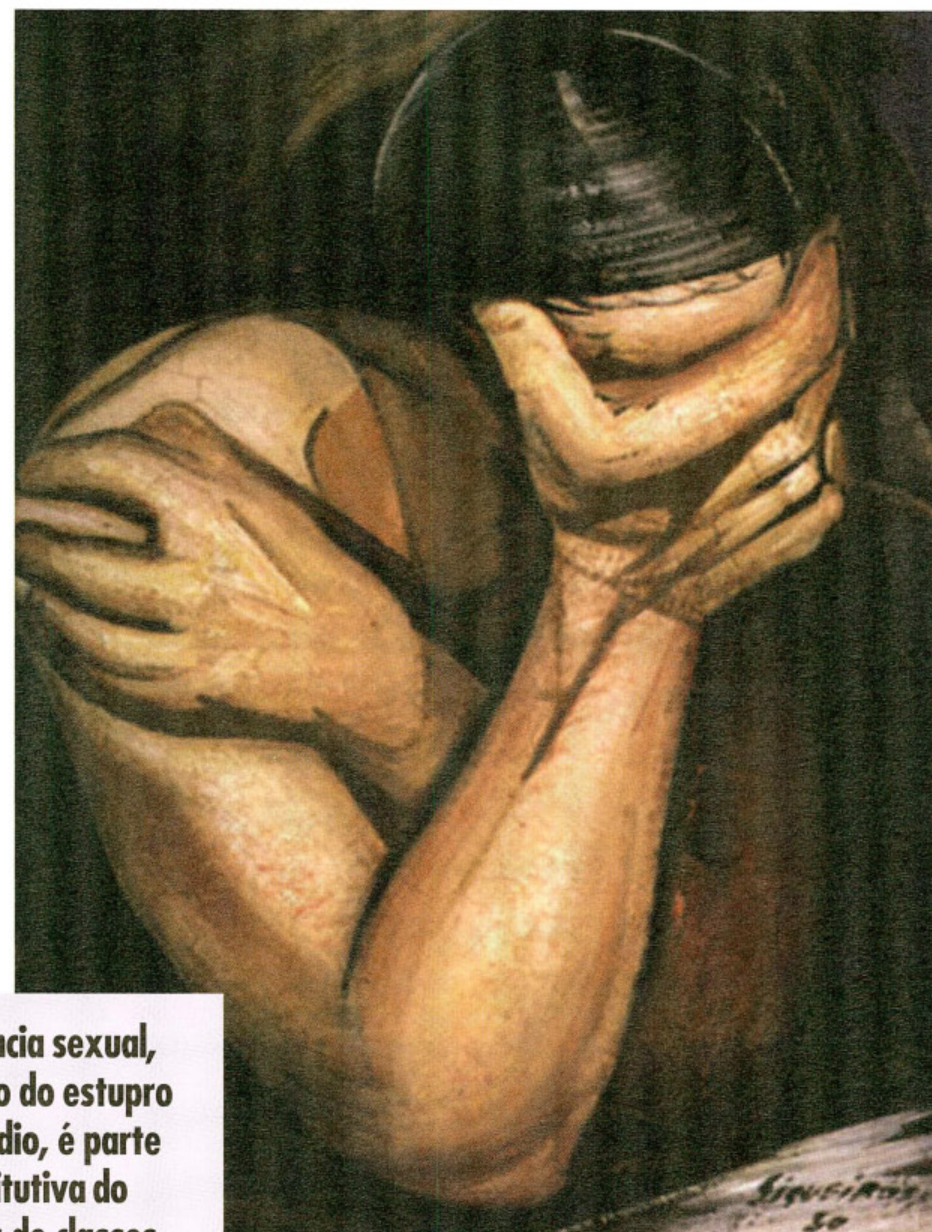
Poucos meses depois, em agosto, 3.500 delegados se reuniram no IV Congresso Sindical Nacional para fundar o Comando Geral dos Trabalhadores. Iniciou-se um período de crescimento das lutas sociais e de radicalização política que culminaria no golpe militar de 1964. O PCdoB, recém reorganizado, tinha pouca influência no sindicalismo. A maioria dos dirigentes sindicais havia ficado com o PCB e, desta forma, foi sendo conduzida aos impasses daqueles anos turbulentos.

Augusto César Buonicore é historiador, doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP e integrante do conselho de redação da *Debate Sindical*

Assédio moral: questão nova ou despolitização de uma velha questão?

"A história da justiça é aquela da profanação progressiva de toda autoridade tradicional".
A. Garapon

HERVAL PINA RIBEIRO



David Álfaro Siqueiros/*Angústia*

Dois livros da psicoterapeuta de família, psiquiatra e psicanalista francesa Marie-France Hirigoyen em curto prazo foram vertidos para o português. O primeiro, *La harcèlement moral* (1998), foi traduzido como *Assédio Moral.A violência perversa no cotidiano* (2000), e o segundo, *Malaise dans le travail* (2001), como *Mal-estar no Trabalho. Redefinindo o assédio moral* (2002).

A violência sexual, passando do estupro ao assédio, é parte constitutiva do sistema de classes sociais e do poder

Provavelmente por influência desses textos e do ativismo da doutora Margarida Barreto, médica séria, invulgar e atuante na área de saúde do trabalhador, com mestrado em psicologia social, o "assédio moral" vem sendo motivo de discussões no meio sindical e em alguns círculos acadêmicos e de profissionais da área, originando artigos e notícias em publicações sindicais, médicas e até na grande imprensa. Segundo ela, há 40 projetos de lei tramitando nas várias esferas legislativas que procuram penalizar o responsável pelo assédio moral, um deles transformado em lei na cidade de São Paulo.

No mundo do trabalho, a violência aparece no exercício do poder hierárquico, na

Em vários momentos, dirigentes sindicais têm nos indagado sobre o que pensamos do "assédio moral", razão que nos obrigou a ler a doutora Hirigoyen e refletir se, de fato, estamos diante de uma questão nova ou de uma abordagem inusitada, própria ou imprópria, da velha questão da violência do trabalho.

AGRESSÃO E ASSÉDIO

A autora, em seu primeiro livro, discute a violência cotidiana nos espaços domésticos e do trabalho na França, analisando diversos aspectos das relações perversas entre o agressor e o agredido, inclusive quanto à linguagem, visibilidade da agressão e traços psicológicos dos protagonistas. Enquanto no espaço doméstico a violência é basicamente determinada por relações afetivas entre autor e vítima; no mundo do trabalho, sem perder o caráter interpessoal, a causalidade da violência não se restringe a tais relações, tendo outros ingredientes, como o exercício do poder hierárquico, a exploração do medo de demissão, o estímulo à competição, a inveja, a desqualificação, o assédio sexual, etc., estimulados, permitidos ou ignorados pela empresa. O enfoque da autora é a clínica, tomando como referência as experiências existenciais das vítimas e, obviamente, interpretando suas falas segundo sua visão ideológica e de mundo.

Preliminarmente, algumas considerações com respeito à tradução. Literalmente, a palavra francesa *harcèlement* é "ação de molestar, fatigar, inquietar". *Harcèlement moral* significaria, portanto, ação de molestar moralmente. Molestar é sinônimo de atingir, ofender, melindrar, causar dano, no caso, de natureza moral. Compreende-se, portanto, que estamos lidando com ofensa ou agressão moral, figura jurídica prevista em quase todas legislações modernas. Porque então traduzir *harcèlement* por assédio, palavra habitualmente associada à agressão sexual e criar a expressão esdrúxula *assédio moral*?

No regime feudal, o senhor tinha o direito de possuir a noiva do servo; nas fábricas, o patrão violenta a operária

Assédio é cerco, ato de sitiar, a expressão assédio sexual preservando o significado essencial do termo, como ação do sujeito do desejo sexual de cercar, possuir sexualmente a vítima. Parece-nos haver prevalecido na tradução a preocupação com o inusitado mais do que tornar inteligível a autora. Ora, assédio sexual não deixa de ser uma ofensa moral, uma agressão não consumada fisicamente, mas intencional e percebida, a imoralidade não estando no desejo, mas na manifestação abusiva de uma vontade contrária à vontade do outro, em geral um subordinado e mulher.

De qualquer sorte, falemos em assédio sexual ou pretendamos agora falar em *assédio moral*, estaremos nos referindo à velha questão da violência, em ambos os casos de violência ou ofensa moral, não física e explícita, mas sutil – e é disso que trata Hirigoyen e é disso que trata também Margarida Barreto em sua dissertação de mestrado, da violência cotidiana do trabalho em sua aparência contemporânea.

Até aí, afora a impropriedade da expressão, nenhuma discordância nossa com as autoras citadas sobre a existência do fenômeno da violência nos espaços domésticos e do trabalho, mais evidente agora face às transformações recentes do mundo do trabalho, bem mais extensa nos países periféricos. Nossas discordâncias com a autora francesa não são, portanto, de ordem fenomênica, mas conceituais e fazem-se mais claras a partir do seu segundo texto, *Malaise dans le Travail*, literalmente em português, *Mal-estar no trabalho*, cuja intenção, declarada já no subtítulo da edição brasileira, é de redefinir o *assédio moral*.

VIOLÊNCIA DO TRABALHO

No contexto da França e dos países de capitalismo avançado, a incorporação constante da automação microeletrônica vem tornando cada vez menor e mais virtual o contato físico do trabalhador com os processos produtivos, com forte impacto sobre a morbidade e mortalidade na classe trabalhadora. Por força desta automação, os postos de trabalho que originalmente exigiam esforços braçais e mecânicos foram reduzidos, obviamente fazendo-se

exploração do medo de demissão, no estímulo à competição

acompanhar de notável diminuição da população de trabalhadores diretamente sujeita a agravos físicos, mecânicos e químicos. Não é de admirar que nesses países e mesmo em países periféricos que incorporaram tais inovações, os acidentes e doenças tipificados como do trabalho tenham diminuído significativamente, como ocorreu no Brasil até o final dos anos 90.

A violência física, brutal e explícita do trabalho ao retroceder, desvelou esta outra violência que incide mais sobre o psiquismo e a afetividade, uma violência sutil, imaterial, não objetiva e pouco percebida pelas próprias vítimas, violência que se revela sob a forma de sintomas, transtornos e doenças de sistemas e órgãos de relação, algumas, como as lesões por esforços repetitivos/LER, cumprindo papel emblemático de *doenças de transição* entre o perfil de morbidade anterior da classe trabalhadora e o atual.

Esta violência sutil do trabalho, portanto, não é uma questão nova, mas uma questão desvelada. Ocultada, ignorada, subestimada, talvez, pela grandeza e exacerbação anterior da outra, ela sempre esteve presente em todo o curso do capitalismo industrial. São fenômenos que comprometem a saúde coletiva e expressam contemporaneamente este tipo de violência da sociedade de expropriação do trabalho.

O abuso sexual da classe dominante é antigo e bastante documentado. No regime servil constituía direito do senhor feudal possuir a noiva do servo em sua primeira noite. Nas fábricas, era comum os patrões e capatazes violentarem, sem qualquer punição, suas empregadas; e mesmo no espaço doméstico, ainda no século XX, era costume famílias burguesas admitirem criadas para iniciar sexualmente seus adolescentes homens.

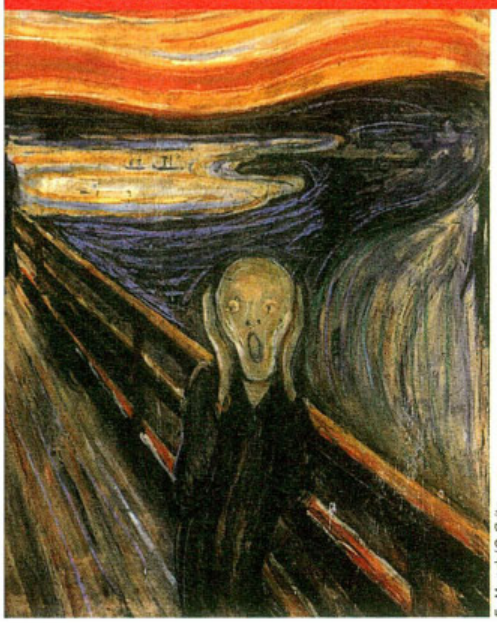
A violência, com suas nuanças, da explícita à oculta, do estupro ao assédio sexual, passando pelo sexo consentido, é sistêmica, ou seja, constitutiva do sistema de classes sociais, do exercício do poder de uma sobre a outra. Estamos falando, portanto, de violência social e *do* trabalho e não apenas *no* trabalho, de *malaise du travail* e não de *malaise dans le travail*, de relações assimétricas de poder, historicamente, tanto no espaço doméstico quando do trabalho, as mulheres sendo sempre as maiores vítimas.

ABUSO SEXUAL

Não vamos nos deter sobre o papel histórico que a violência sexual no trabalho ocupou no período mais recente do industrialismo. Na verdade, a proscrição até da sua forma mais atenuada, o assédio sexual, hoje considerado crime, resultou da convergência de uma série de determinantes históricas e sociais, como a ascensão dos trabalhadores como classe social, a elevação da cidadania da mulher e a perda de interesse do patronato em praticar ou acobertar tais práticas, preocupado com a sua imagem, a imagem de suas empresas e com os subseqüentes desdobramentos econômicos, políticos, sociais e jurídicos de tais práticas. Sem deixar de existir, a violência sexual, em qualquer de suas nuanças, passou a ser considerada crime de responsabilidade exclusiva de seu autor e beneficiário, independentemente do posto e nível hierárquico que ocupe dentro da empresa.

A proscrição do assédio sexual, hoje considerado crime, resultou da luta e da conquista da cidadania da mulher

Falta nos textos de Hirigoyen uma preocupação conceptual com a historicidade da violência do trabalho, presos estritamente aos aspectos fenomênicos e aos elementos mediadores desta velha questão, ou seja, à descrição da agressão em si e dos agentes diretamente envolvidos, como se o fenômeno fosse espontâneo. Talvez, por falta de conhecimentos desta ordem, comete a imodéstia de creditar aos próprios textos e ao movimento social das vítimas do qual faz parte, mudanças substanciais recentes que teriam ocorrido em seu país neste campo. Diz textualmente: "Ignorado na França até a publicação de meu livro precedente, o assédio moral tornou-se, há dois anos, uma forte preocupação social. Pessoas assediadas, que, até então, sofriam em silêncio, readquiriram a esperança; ousam agora se expressar e denunciar as práticas abusivas de que são vítimas".



E. Munch/O Grito

Ainda que a autora se coloque francamente em favor de uma lei específica que eleve o *assédio moral* à condição objetiva de uma agressão, reconhece as dificuldades de ordem conceptual, prática e jurídica, pela dificuldade em comprovar o *assédio moral* e definir como ressarcir a vítima, com risco de fomentar uma industria de ações judiciais. Finaliza dizendo ser preciso insistir na prevenção. Mas como?

Diz ela: "Convém considerar o assédio moral como tendo uma única e exclusiva causa e deduzir daí, conseqüentemente, que uma única e exclusiva solução poderia remediá-lo. Mas uma abordagem racional deve olhar o problema sob diversos prismas: o ângulo psicológico, que leva em conta acima de tudo a personalidade dos indivíduos, e o ângulo organizacional, que analisa essencialmente as regras de gestão".

E ainda sustenta: "Igualmente, não se pode afirmar que não existe culpa de ninguém, que as vítimas são inocentes, que os agressores são eles mesmos apenas vítimas do sistema, que tudo é culpa de uma entidade abstrata: o capitalismo, a globalização. Considerar a violência apenas como uma conseqüência da organização do trabalho é correr o risco de livrar os agentes da responsabilidade. É preciso evitar, por um lado um psicologismo em excesso e, por outro, tirar a responsabilidade das pessoas, atribuindo o erro unicamente à organização (desumana) do trabalho".

PERVERSÃO DO SISTEMA

É na individualização da culpa da vítima já punida com o próprio sofrimento e na individualização objetiva do agressor que Hirigoyen sustenta a tese do assédio moral e, por extensão, a violência do trabalho. Seríamos, as vítimas inclusive, todos individualmente responsáveis e culpados pelo que deixamos que os outros façam conosco e pelo que fazemos aos outros:

"Qualquer que seja a vontade das empresas de transformar os assalariados em dóceis peões, eles continuarão a ser humanos frágeis, marcados por sua educação, seu meio social, seus traumatismos. Uma situação de assédio moral não pode ser interpretada fora da história de cada um dos protagonistas... A maneira como cada um reage a um ambiente hostil é, pois, função de sua história, mas também do histórico da empresa onde trabalha, da sociedade na qual vive e de sua economia, das microssociedades que o cercam... Todos esses determinismos estão interligados, mas o indivíduo continua tendo, apesar de tudo, liberdade de ação ou reação".

Percebe-se na construção do pensamento da autora uma recusa peremptória aos aspectos dialéticos da sociedade e da vida, impregnado de fé em defesa da responsabilidade e punição individualizadas. Não é o sistema capitalista que é perverso, a perversão estando na própria natureza humana. Se a vítima deixa-se vitimar e paga com o sofrimento, penalize-se individualmente o agressor e formalize-se, através de lei, o modo de fazê-lo. Não esclarece quem irá fazê-lo com isenção. O Estado? A sociedade com sua moral cristã?

Em livro recente, o magistrado francês Garapon afirma que a explosão de processos judiciais em seu país e nos outros países da Comunidade Européia é a expressão do esvaziamento dos ideais e práticas libertários republicanos e da colonização da sociedade por demandas individuais que desembocam em ações judiciais sem significância e sem fim, à falta de uma vida política centrada em pleitos coletivos mais densos. Como diz:

"Ao submetermos tudo ao juiz, ligamo-nos a novos sacerdotes que tornam o objetivo da cidadania sem efeito. Isto desvaloriza o papel do cidadão, confinado a ser um consumidor, um telespectador ou um litigante. O risco é de se evoluir para uma organização clerical do poder. É de confiscar a soberania".

E mais adiante: "A ascensão do poder da justiça não é explicada apenas pela acomodação das instituições políticas, mas também como expressão de uma evolução profunda e menos visível do individualismo moderno. A justiça converteu-se no lugar eleito das paixões democráticas, e o tribunal, no último teatro da disputa política. Porém, esse interesse renovado pela coisa judiciária é ambíguo: ele revela tanto uma vontade de reforçar um contrapoder, quanto uma vocação, menos nobre, para a vingança".

Herval Pina Ribeiro é professor-doutor em saúde pública, colaborador docente e pesquisador na Faculdade de Saúde Pública da USP

Efeitos perversos dos acordos com o FMI

O FMI e a nova dependência brasileira.
Aldo Arantes.
Editora Alfa Omega, São Paulo, 2002

POR JAIME SAUTCHUK

Não é possível entender o Brasil de hoje sem conhecer a maneira pela qual o país se enredou no sistema financeiro internacional. É um processo de amarras, de limites ao crescimento interno e de aumento da dependência externa, coordenado pelo FMI. Entender esse processo é uma tarefa, em primeiro lugar, de cientistas. Denunciá-lo, criticá-lo ou combatê-lo cabe aos políticos. Mas, às vezes, essas duas tarefas podem ser desempenhadas por uma mesma pessoa.

Este é o caso do deputado federal Aldo Arantes (PCdoB/GO), que acaba de lançar o livro "O FMI e a Nova Dependência Brasileira". Liderança histórica na esquerda brasileira, aos 63 anos Aldo defendeu tese de mestrado na Universidade de Brasília (UnB). E a tese virou um livro de rara clareza e oportunidade. A obra demonstra, em síntese, como os países do centro do sistema, especialmente os EUA, usam o FMI para dominar a economia mundial. Para isso, Aldo analisou os documentos assinados pelo Brasil e o FMI nas últimas décadas – conseguiu até documentos que, por serem "secretos", nem o governo tinha.

Leu e analisou os principais estudiosos da globalização, no mundo inteiro, e entrevistou vários pensadores brasileiros. Entre estes, Delfin Netto, Bresser Pereira, Celso Furtado, Conceição Tavares, Dércio Munhoz, José Luiz Fiori e Luis Fernandes. Este último, professor da PUC do Rio de Janeiro e respeitado cientista político, assina o prefácio do livro.

Como presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), no início da década de 1960, Aldo Arantes teve a atuação mais marcante de toda a história da entidade. Ele consolidou o Centro Popular de Cultura (CPC) e criou a UNE-Volante, mobilizando estudantes do país inteiro. Militante da Ação Popular (AP), grupo da esquerda cristã, deixou o país no golpe militar de 64. Voltou ao Brasil na clandestinidade e, em 72, ingressou no Partido Comunista do Brasil. Em 76, foi preso e duramente torturado, sendo colocado em liberdade com a Anistia, em 79. Elegeu-se deputado constituinte por Goiás, seu Estado natal, em 1986, tendo se destacado na elaboração da nova Constituição. Desde então, alterna mandatos políticos com a sua atividade de advogado, em especial como defensor de trabalhadores rurais no sul do Pará.

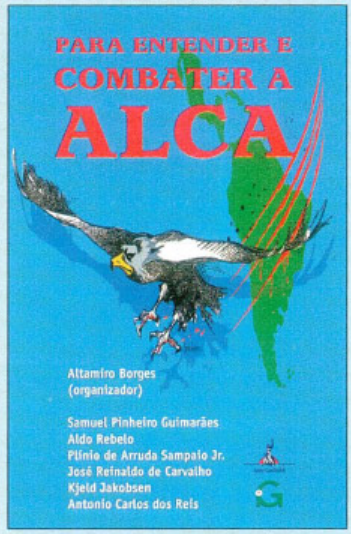
No Congresso Nacional, Aldo é respeitado por políticos de todos os partidos pela sua postura coerente e dedicada. Essa facilidade em transitar entre outros setores o ajudou na pesquisa para a sua dissertação de mestrado. Como deputado, forçou o Banco Central a abrir arquivos e solicitar documentos que não estavam em seu poder. São documentos que, pela primeira vez, trazem a público a verdadeira face dos acordos impostos pelo FMI.

Esses acordos, com diversos nomes, foram evoluindo em suas *condicionalidades*. Há décadas, elas eram "restritas"; depois, "ampliadas"; e, agora, "estruturantes". Ou seja, estas exigências se instalam na espinha da economia do país vitimado, engessando-a. Com base nesses documentos, em números e gráficos, Aldo demonstra o porquê da desnacionalização da economia brasileira. Mostra as razões das privatizações, do aumento exorbitante da dívida externa, do desemprego e assim por diante. E comprova que a globalização neoliberal só serve aos países ricos, que controlam o FMI. A obra desmonta também o argumento de que os Estados Nacionais estão superados, e que é o tal mercado que dita as regras.

Com texto claro, elegante, Aldo Arantes fez um livro para ser entendido por qualquer pessoa e respeitado pelos mais rigorosos. É uma obra imprescindível para se compreender o papel do FMI no Brasil (ou na crise argentina), sem nenhum sinal de discurso de político.

Jaime Sautchuk é jornalista e escritor. Colunista do jornal *Pasquim 21*, escreveu, entre outros, os livros *A guerrilha do Araguaia*, *Para ler Cristovam Buarque* e *Os descaminhos do futebol*

Artilharia pesada contra a anexação



Para entender e combater a Alca. **Altamiro Borges (org.). Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 2002**

POR RENATA MIELLI

A tendência da economia capitalista internacional é buscar novos mercados consumidores e constituir blocos econômicos competitivos que favoreçam a maximização dos seus lucros. Essa política, que aprofunda a concentração de riqueza e a centralização do capital, exige o fim das barreiras nacionais, a desnacionalização das economias e a minimização ou até mesmo a extinção do Estado Nacional. Esse é o contexto histórico no qual está inserido o projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas e que é amplamente abordado no livro "Para entender e combater a Alca".

O livro, produto de um seminário realizado pelo Instituto Maurício Grabois (IMG), foi organizado pelo jornalista Altamiro Borges e conta com artigos do deputado federal Aldo Rebelo, do economista Plínio de Arruda Sampaio Jr., do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, do secretário de relações internacionais do PCdoB, José Reinaldo de Carvalho, do secretário de relações internacionais da CUT, Kjeld Jakobsen, do presidente da CGT, Antonio Carlos dos Reis e do próprio organizador.

Combater o mais ousado projeto de subordinação econômica, social, política e cultural dos EUA contra os países da América Latina requer conhecer a fundo seus objetivos e implicações. Essa é a inspiração da obra. Ela é repleta de análises sobre o atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, suas contradições e necessidades. Também possui inúmeros dados sobre a situação da economia brasileira e as conseqüências da implantação da Alca para a indústria, comércio, agricultura, mercado de serviço e, ainda, seus impactos nas relações trabalhistas.

Altamiro Borges, em seu artigo *A Alca, o tubarão e as sardinhas*, mostra que nem mesmo as classes dominantes estão totalmente coesas na defesa deste projeto. Movimentos de resistência aparecem em todos os setores da sociedade, dado o nível de exigências que o Brasil deveria obedecer para ingressar no bloco econômico. Uma proposta de integração alternativa é a constituição do Mercosul. Aldo Rebelo tece várias considerações argumentando as vantagens que a constituição de um bloco sul-americano traria para a região, fortalecendo os interesses das economias nacionais.

Em *Notas sobre a política comercial dos EUA*, Kjeld Jakobsen, num breve apanhado histórico, faz uma análise de como os norte-americanos utilizam o "livre comércio" para proteger seus interesses. O liberalismo econômico é uma orientação a ser seguida pelos países com os quais os EUA possuem relação comercial. Mas, para eles próprios, o que vale, de fato, é o protecionismo tarifário.

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, afastado de seu posto no Itamaraty em função de suas opiniões contrárias à política econômica norte-americana para a América Latina, demonstra como a soberania nacional será ameaçada com a Alca: "A soberania só existe se o Estado pode ter políticas. Ou seja, se pode proteger determinados setores da economia e incentivar sua emergência. O que acontece é que a Alca é parte de uma estratégia que visa evitar que o Estado brasileiro possa ter políticas para enfrentar as questões comerciais, industriais, enfim, de ter uma política ativa de desenvolvimento".

No mês da realização do plebiscito sobre a Alca, organizado por várias entidades da sociedade civil, e em meio ao processo eleitoral que definirá os rumos do país nos próximos quatro anos, "Para entender e combater a Alca" é um instrumento de informação e opinião de grande importância. Ele poderá contribuir profundamente para o debate de um tema crucial para a sobrevivência do Brasil como nação soberana, que pretende caminhar no rumo do desenvolvimento e da independência nacional.

Renata Mielli é assessora da Apeoesp – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

As relações de trabalho na agroindústria

***Por trás dos canaviais, os "nós" da cana.* Antonio Thomaz Júnior. Editora Annablume/Fapesp, São Paulo, 2002**

POR MARCELO DORNELIS

O presente livro é a publicação da tese de doutorado defendida pelo autor em 1996 e apresenta um conjunto rico em informações e análises, tendo como originalidade o desvendamento da alienação do trabalho ao se territorializar. O que apresentamos a seguir nada mais é do que o plano geral da obra.

Em quantas dimensões o trabalho se explicita quando nos defrontamos com sua concretude? Embora não seja esta a proposta fundamental que o autor se propõe a realizar, é o que se evidencia quando verificamos seu esforço de buscar na territorialização do conflito capital x trabalho, na agroindústria canavieira de São Paulo, uma dimensão até então pouco usual em geografia – a dimensão territorial do trabalho. Neste sentido, a obra cumpre importante papel sob duplo aspecto.

No plano acadêmico-disciplinar, ao propor a temática do trabalho como objeto de estudo da geografia, disciplina ainda pouco afeita às problematizações do mundo do trabalho. Isso adquire relevância quando observamos o enriquecimento que a própria geografia é capaz de proporcionar aos estudos do trabalho, como atesta a própria obra em tela.

No plano da práxis, entendida em sua dupla determinação de teoria e ação política, o autor tece considerações sobre a unificação dos movimentos do capital e do trabalho na forma da alienação do trabalhador, cuja apreensão geográfica dá-se com a gestão territorial, hegemonizada pelo capital. Nas palavras do autor: "A expressão da alienação do trabalho se dá com a vinculação trabalhador (categoria, elo definido a partir do processo de produção), território (no campo restrito do domínio delimitado pelo Estado) e se manifesta, concretamente, na desagregação da unidade das ações do mundo do trabalho, sobre a base da reiteração da divisão técnica/territorial como trabalho capitalista subsumido ao controle estatal".

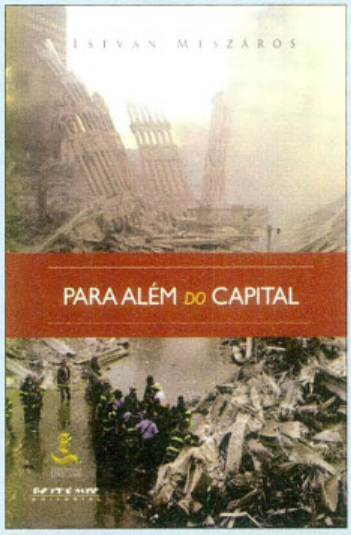
Desta forma, temos como movimento do capital o engendramento das mudanças técnicas e organizacionais, delimitadoras da pauta de ação sindical, que ao territorializar se diferencia na incorporação desigual das inovações tecnológicas e gerenciais adotadas pelas empresas sucro-alcooleiras em São Paulo. Tal diferenciação é a expressão dos atores e das mediações do conflito capital *versus* trabalho, cuja visibilidade dá-se na articulação da subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital, na qual os parâmetros da adoção de tecnologias eliminadoras do emprego (corte mecanizado da cana-de-açúcar, por exemplo) são dados pela luta de classe e não por parâmetros meramente técnicos e, como conseqüência, o nível de emprego fica delimitado pela perspectiva de maior ou menor rentabilidade da contratação da mão-de-obra ou da adoção de mudanças técnicas.

Quando nos reportamos ao movimento do trabalho é que fica claro o vigor com que o autor apresenta sua grande contribuição ao debate. Aliado ao corporativismo categorial tem-se a delimitação da abrangência territorial da ação sindical, definida pelo Estado, ganhando contornos definidores de sua expressão de controle societal, quando se defronta com o limite de abrangência do capital, definida pelo próprio fato econômico. Assim, o trabalho é alienado ao se territorializar enquanto expressão urbana ou rural, enquanto categorial profissional ou enquanto fronteira territorial dos sindicatos.

Eis aí uma grande oportunidade para adotarmos esses referenciais para revelar o conteúdo da dinâmica territorial e a estrutura espacial da trama societária que o metabolismo do capital impõe sobre o trabalho e todo o tecido social.

Marcelo Dornelis Carvalhal é professor de geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, membro do "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" e do "Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes" e doutorando em geografia na Unesp de Presidente Prudente/SP

Vigorosa defesa da alternativa socialista



Para além do capital.
István Mészáros.
Editoras Boitempo e Unicamp, São Paulo, 2002

POR RONALDO GASPAR

Nas duas últimas décadas, além das dificuldades resultantes da crise econômica e da ofensiva do capital e, por conseguinte, da falência do projeto social-democrata – que, entre outras coisas, afetaram as organizações (sindicatos, partidos) e o modo de ser da classe trabalhadora –, os movimentos do trabalho também foram afetados pelo colapso da ordem social vigente nos países do Leste Europeu e na ex-URSS. Com isso, ao monocórdio cântico da ausência de alternativas societárias à ordem capitalista e às suas "leis de bronze", entoado há muito pela classe burguesa, somou-se a ladainha acerca da morte do socialismo e do marxismo – ambos reforçados pelos inúmeros desiludidos ativistas e intelectuais oriundos da "esquerda" stalinista, social-democrata, revolucionária, etc.

Em seu brilhante livro *Para além do capital*, por meio do instrumental categorial legado por Marx, Engels, Lukács, entre outros, e contribuindo com novas categorias para compreender a realidade contemporânea, István Mészáros caminha com rara desenvoltura pelos meandros da teoria marxista e dos aspectos socioeconômicos, políticos e filosóficos da história do século XX. Através das mais de mil páginas do livro, o leitor verificará quão profunda e detalhada é a análise efetuada por esse filósofo húngaro acerca do pensamento de Marx e de Lukács, do qual foi aluno e colaborador.

Evidentemente que nessa pequena resenha é impossível ao menos resvalar em todos os temas estudados por Mészáros. Porém, podemos adiantar que as pedras angulares de sua reflexão consistem: (a) na compreensão do caráter incontrolável do capital; (b) no resgate da distinção marxiana de capital e capitalismo, que o permite compreender como, apesar do trabalho excedente ser apropriado pela via econômica nas sociedades capitalistas e pela via política nas sociedades pós-capitalistas, o capital continua a ser a relação social básica em ambas as sociedades; (c) na explicitação de que a real superação da atual ordem sociometabólica do capital pressupõe a supressão/fenecimento do próprio capital (domínio do trabalho vivo pelo trabalho morto, do valor de uso pelo valor de troca, do mercado, etc.), do trabalho assalariado (com sua divisão hierárquica das atividades) e do Estado.

É nesse contexto, de importância vital para o futuro do movimento socialista, que se dá a análise de Mészáros sobre como parcela considerável da responsabilidade pela parcialidade e instabilidade das conquistas e pelas derrotas desses movimentos está radicada, ainda hoje, na setorialização das lutas sociais e na separação estabelecida entre a atuação sindical e a atuação parlamentar – manifesta, primordialmente, na organização dos partidos social-democratas e "comunistas" e de seus braços sindicais.

Para o autor, tais formas de organização são características do momento de ascendência histórica do capital, no qual inúmeras reivindicações econômicas e políticas puderam ser incorporadas e, inclusive, fomentaram o processo de acumulação e domínio do capital. No entanto, sob as condições de sua atual crise estrutural, tornam-se necessários "importantes ajustes estratégicos e correspondentes mudanças institucionais e organizacionais radicais em todas as áreas e por todo o espectro do movimento socialista".

Portanto, quem ler o apaixonado e polêmico livro de István Mészáros verá como, na melhor tradição do pensamento marxista, ele contém não apenas (o que já seria muito) uma profunda e abrangente análise crítica do movimento operário e dos problemas e contradições insuperáveis da ordem do capital, mas que, sem dúvida, consiste na mais vigorosa defesa da alternativa socialista publicada nas últimas décadas. Enfim, um livro que nasce com a certeza da longevidade dos clássicos.

Ronaldo F.S. Gaspar é mestre em sociologia pela Unicamp/SP e professor universitário

FILMES

MANOEL RANGEL

Nas favelas do país

O cinema brasileiro descobriu a favela, e os trabalhadores que aí vivem, na década de 40. Ela despontou nos filmes pelas mãos do samba e a palavra-chave era "alegria na tristeza". Nos anos 50, Nelson Pereira a elegeu síntese do país, ponto de partida e de chegada na representação do povo mais simples.

Na trilha de Nelson, os cineastas que fizeram o Cinema Novo tornaram o binômio sertão-favela a chave do entendimento da nacionalidade e da observação dos destinos do país. A favela deixou o pitoresco para revelar-se o lugar do trabalhador, do homem que deixou o sertão à procura da cidade. A favela tornou-se lugar de identidade e de luta.

Premido pelo abismo social, que não parou de crescer desde *Cinco Vezes Favela* (1962), o cinema volta à favela. A porta de entrada é a criminalidade, retomando a veia aberta (e logo superada) em *Cidade Ameaçada* (1960). Os filmes já não procuram entender a vida dos homens e do lugar. Estão ocupados em revelar à classe média que vive aos pés do morro, a tríade formada por ladrão, polícia e traficante; ou em diverti-los com um bom "filme americano" de cores locais.

No olhar sobre a favela, como em tudo o mais, o sismógrafo do cinema indica as substanciais transformações das preocupações dos cineastas e da sociedade.

NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PARTICULAR (JOAO MOREIRA SALLES, 2000)

Atento à boa tradição do documentário brasileiro, João Moreira Salles aponta as lentes da sua câmera para a guerra entre o tráfico e o estado pelo controle dos morros da cidade do Rio. É contundente e desperta no espectador o desejo de conhecer as razões e os titereiros, que por trás dos panos movem as cordas dos bonecos a trocar tiros pela cidade. Ambientado na favela, e sem demarcar claramente o que pensa o filme da guerra em curso, para além de repudiá-la, acaba por reforçar uma certa perspectiva da favela, que oculta o fato de ser ela, antes de tudo, o lugar onde vivem os trabalhadores mais pobres.

CIDADE DE DEUS (FERNANDO MEIRELLES, 2002)

Adaptação do romance de Paulo Lins, *Cidade de Deus* elege a história de Zé Pequeno para narrar como se formou e se sofisticou o crime no Rio de Janeiro. Ao fazê-lo, o filme aborda a história da Cidade de Deus, uma das maiores favelas do Rio. Confundir as duas histórias em uma só narrativa elimina a contextualização da ação criminosa e, sobretudo, o retrato das várias matizes do povo na favela. Amputa o lugar da sua melhor parte e não ajuda a entender o que resta. É um filme de ação, quando se pretendeu mais, revelando ainda um bom domínio da forma de filmar consagrada pelos americanos.

Manoel Rangel é cineasta e editor da revista de cinema *Sinopse*. Correio eletrônico: rangnetto@usp.br

INTERNET

GIOVANNI ALVES

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC
www.smabc.org.br

O portal dos metalúrgicos do ABC é um dos mais completos *sites* sindicais do Brasil, utilizando com objetividade recursos da Internet para a comunicação. Apresenta uma série de *links* com diversas informações sobre a categoria metalúrgica do ABC e assuntos da política sindical e nacional priorizados pela CUT/PT. Possui *links* e *sessões* para a Tribuna Metalúrgica On-line, Palavra do Marinho, Subseção Dieese, Jurídico, Formação, Saúde do Trabalhador; além de *canais* sobre Discriminação Racial, Educação, Mulher, Juventude, Aposentados, Deficiência e Emprego. Um dos destaques é dado à reforma da CLT e à Tribuna 30 Anos. O portal tem o apoio institucional da OIT e da Fundação Friedrich Ebert (da social-democracia alemã).

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSE DOS CAMPOS
www.sindmetalsjc.org.br

Apesar de não usar tantos recursos da Internet, o *site* é objetivo e criativo ao apresentar as demandas da categoria (como, por exemplo, o destaque às mortes no trabalho) e os temas políticos de luta da esquerda brasileira (destaca uma cartilha sobre a Alca). Possui os *links* O Sindicato, Agenda, Jurídico, Organização de Base, Imprensa, Jornal do Metalúrgico (inclusive com edições anteriores de 2002), Jornal da Família, Congressos e Convênios. Possui *link* intitulado DitoBronca, onde o metalúrgico pode encaminhar via Internet sua reclamações ou denúncias (para o conhecimento de todos).

Giovanni Alves é doutor em ciências sociais e professor da Unesp/Marília.
Correio eletrônico: giovanni.alves@uol.com.br

Os fundos de pensão no serviço público

VLADIMIR NEPOMUCENO

Na ótica dos neoliberais, a previdência deve favorecer os banqueiros

Quando se fala em fundos de pensão, pensa-se logo em poupança, na qual após anos de contribuição a pessoa retira os proventos para a complementação da sua aposentadoria oficial. Entretanto, quando essa discussão é sobre os servidores públicos é necessário observar alguns pontos.

Existem basicamente três tipos de aposentadoria. A primeira é fruto das contribuições compulsórias dos assalariados formais e contribuintes individuais do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), paga pelo INSS; ou a dos servidores, paga pelo tesouro público.

A segunda deriva dos fundos de previdência complementar, no qual o trabalhador contribui para manter o valor que recebia antes de se aposentar. Já a terceira visa ganhos extras através de aplicações no mercado financeiro. Neste caso, os ganhos ou perdas dependem das regras do mercado.

LÓGICA NEOLIBERAL

Já que os servidores não participam do RGPS e ao passarem à inatividade mantêm seus ganhos integrais, torna-se difícil a idéia de fundos de pensão. Como complementar o que já é inteiro? É simples. Na ótica neoliberal, a previdência, grande arrecadadora, deve ser entregue ao mercado, perdendo sua função social.

Assim, iniciou-se nos anos 90 a reforma da previdência, buscando-se arrecadar mais e pagar menos para torná-la atrativa aos banqueiros. Visava-se reduzir a aposentadoria a valores bem abaixo dos salários da ativa impondo a previdência complementar, preferencialmente privada. O grande passo neste rumo do Regime Geral foi a desvinculação do teto de benefício de dez salários mínimos. Hoje o teto já equivale a 78,08% do valor anterior.

O modelo de previdência complementar aprovado para os servidores públicos foi o da contribuição definida, sem o benefício definido. Com isso, garantia-se a arrecadação, deixando o benefício à mercê do mercado. Para baixar a renda dos servidores ainda se tentou acabar com a paridade entre ativos e aposentados – o que até agora não vingou. O artifício usado foi o de impedir a inclusão de gratificações e outros ganhos no cálculo da aposentadoria, além da criação de salários variáveis através de gratificações de desempenho, contando para a aposentadoria apenas a média dessas gratificações nos últimos cinco anos.

A reforma aprovou também limitar as despesas dos inativos a 12% da Receita Corrente Líquida, faltando ainda igualar o teto de benefícios entre servidores e o regime geral. Com estas e outras medidas, força-se os servidores a migrarem para os fundos de pensão, já que estes perderam a sua aposentadoria integral.

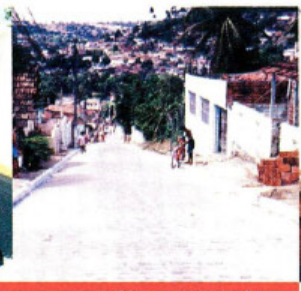
GARANTIR OS DIREITOS

É fundamental a discussão sobre os efeitos desta reforma, ainda inconclusa, que retira direitos históricos. É necessário o aperfeiçoamento da previdência, inclusive dos servidores. Porém, com garantias definidas a partir do debate com os principais interessados, que são os próprios servidores públicos.

O já aprovado não é irreversível. Afinal, são cerca de 7 milhões de servidores nas três esferas de governo que podem pressionar os parlamentares. E mesmo com a criação dos fundos de pensão no setor é preciso discutir seus efeitos, inclusive para evitar que um patrimônio, formado com a contribuição do servidor, seja gerido por governo ou banqueiros.

Vladimir Nepomuceno é dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) e integrante da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

Orçamento Partiripativo: o povo decide



Asfalto e recapeamento de ruas

Restauração do Patrimônio Histórico

Construção de casas populares

Resgate do autêntico carnaval de rua

A Prefeitura Popular de Olinda mostra o que faz.

A Prefeitura de Olinda é uma prefeitura realmente popular. Popular porque escuta o cidadão. Popular porque decide com a população o que fazer no município. Popular porque prioriza obras e ações que beneficiam os que mais necessitam. Na saúde, educação, habitação, obras, cultura, em todos os setores, o avanço da Prefeitura Popular de Olinda é uma realidade que, dia a dia, modifica a qualidade de vida do olindense e de sua família.

Popular. Assim é a Prefeitura de Olinda. Uma gestão conhecida e reconhecida por suas ações.

OLINDA
Patrimônio da Humanidade
PREFEITURA POPULAR

3PONTOS

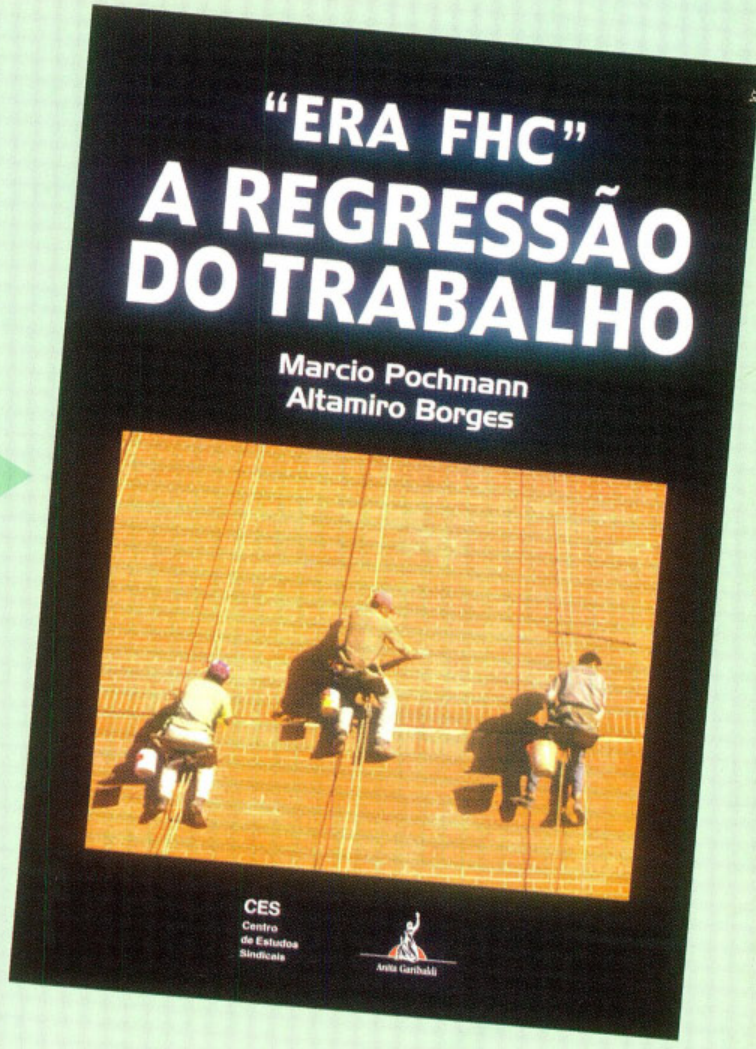
Limpeza de canais

PSF, agentes em ação, vacinação de idosos: saúde em alta

ASSINE HOJE MESMO

Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura de R$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro "Era FHC: A REGRESSÃO DO TRABALHO"



CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ R$ 30,00

Nome

Endereço

Bairro CEP

Cidade Estado

Telefone(s)

Fax

Profissão

Correio eletrônico

FORMA DE PAGAMENTO:

Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais, no valor de R$ 30,00

Depósito em conta corrente nº 407852-7, Banco do Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante)

Cartão

☐ Credicard ☐ Visa

Número .....

Validade .....